

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ADRIANA E SILVA SOUSA

**O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS REAÇÕES CAPITALISTAS DE
PRODUÇÃO**

FORTALEZA – CE

2008

ADRIANA E SILVA SOUSA

O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE
PRODUÇÃO

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

FORTALEZA – CE.
2008

"*Lecturis salutem*"
Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim - Bibliotecária - CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas - UFC

S696t Sousa, Adriana e Silva.
O trabalho docente no contexto das relações capitalistas de produção / por Adriana e Silva Sousa. – 2008.
111f. ; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação Brasileira, Fortaleza(CE), 28/08/2008.
Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.
Inclui bibliografia.

1-PROFESSORES – CONDIÇÕES SOCIAIS – BRASIL. 2- PROFESSORES – CONDIÇÕES ECONÔMICAS – BRASIL. 3-
RELAÇÕES TRABALHISTAS – BRASIL . 4-TRABALHO. 5-CAPITAL(ECONOMIA). I- Chagas. Eduardo Ferreira, orientador.
II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. III-Título.

CDD(22^a ed.) 331.76137070981

49/08

ADRIANA E SILVA SOUSA

O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS
DE PRODUÇÃO

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Dissertação aprovada em 28 de Agosto de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profª. Dra. Francisca Clara de Paula Oliveira
Universidade Regional do Cariri – URCA

Profª. Dra. Sandra Cordeiro Felismino
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Éneas Arrais Neto
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força para trilhar essa caminhada.

Aos meus pais pelo incentivo tantas vezes dado e pelas alegrias que sempre compartilharam a cada vitória.

Aos meus irmãos (Adelaide, Anderson e Adrilene) que de diferentes formas fizeram parte de toda a minha vida acadêmica, estando presente em todos os momentos e fazendo de cada vitória minha suas vitórias também.

Aos meus cunhados Roberto e Marcelo e a minha cunhada Ana Paula que ao entrarem em nossa família passaram a sonhar também nossos sonhos, dando força em todos os momentos que em precisamos deles.

Ao meu marido Franzé não só pelo companheirismo e carinho a mim dedicados, mas igualmente pela força que me deu em cada momento dessa caminhada, desde a decisão em participar do processo de seleção do mestrado até essa etapa final da defesa, acreditando sempre em minha capacidade de superar as dificuldades, sendo um porto seguro em minha vida.

Ao grupo de Estudos *Saber e Formação Humana* que apesar do seu modesto tamanho, nunca deixou de ser grande em pretensões, proporcionando leituras de clássicos imprescindíveis à construção sólida de conhecimentos. Aqueles que dele fizeram parte contribuindo com as discussões propostas em todos os estudos, o meu muito obrigado. Aqui destaco a professora Maria Luisa Amorim e as alunas Aline Brasil, Natália Naly e Jodele Damasceno.

Aos meus amigos de curso, Fabiano e Tiago, que, além das discussões de cunho teórico, tantas vezes foram companheiros nos momentos de desânimo e tudo isso sem deixar de perder o humor.

Ao professor Eduardo Chagas pela orientação rigorosa, além da atenção minuciosa na leitura dos textos produzidos para essa dissertação.

Ao professor Éneas Arrais e a professora Sandra Felismino que ao participarem da banca de qualificação deram importantes contribuições para o seguimento dessa pesquisa.

Aos que fazem parte do Labor (Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional) que tão bem me acolheram e confiaram em mim em diversos momentos, além da oportunidade de participar de decisões importantes na caminhada acadêmica desse grupo. Destaco em especial aqueles que mais de perto estiveram comigo: Elenilce, Antônia, Gardênia, Tatiane, Prof. Enéas Arrais e Prof. Hildemar Rech.

A Faculdade de Educação e a Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de realizar o curso.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP que ao ter me concedido a bolsa de mestrado possibilitou dedicação exclusiva na realização desse curso de mestrado.

“Enquanto tal poder inversor, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais etc., que pretendem ser, para si, essência. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez”.

Karl Marx

RESUMO

Nossa investigação tem seu principal objetivo centrado na forma como as relações capitalistas de produção perpassam o trabalho docente e a partir dele delineiam-se dois outros objetivos configurados na compreensão do caráter dialético do trabalho. Para alcançar tais objetivos, realizamos em um primeiro momento, reflexões em torno do trabalho como condição natural e eterna da vida humana, no sentido de resgatar idéias que possibilitem a superação do entendimento de que o capital é elemento imprescindível do processo de trabalho em geral, desvendando a compreensão de que todo processo de trabalho é processo de trabalho do capital. Tentou-se, ainda, mostrar que o trabalho é um ato fundante do ser social, um ponto de partida do processo de humanização sem o qual a vida não existiria. Em um segundo momento dessa dissertação objetivou-se contribuir com a discussão em torno da categoria trabalho na sua forma de ser na sociedade capitalista. Constatou-se que numa sociedade baseada na propriedade privada, a produção não tem como primeiro objetivo as coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas, mas sim aquelas resultantes de um trabalho gerador de mais-valia, ou seja, uma produção de um objeto que tenha um valor a mais do que o inicialmente foi empregado. No sentido de nos aproximarmos de uma observação mais significativa de como as relações capitalistas de produção perpassam a educação e o trabalho docente nos fundamentamos em dois principais autores para compor o terceiro momento dessa dissertação: István Mészáros e Dermeval Saviani. Buscou-se, também, dados estatísticos baseados na Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003 e nas pesquisas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) com a finalidade de evidenciar a realidade denunciada ao longo do texto. Nesse momento, tentamos aproximarmos da realidade de trabalho do professor, das suas condições de vida e de como as relações capitalistas se inserem no exercício diário de sua atividade. Foi traçado, assim, um quadro da atual situação dos professores da educação básica no Brasil, indicando não só suas relações de trabalho, mas igualmente suas condições socioeconômicas. Ao percorrermos esse caminho de investigação constituímos as considerações finais que apontam para a idéia de que os limites impostos pela lógica capitalista deixam o professor encurralado, podendo ele, pouco fazer diante dos ditames de uma lógica que nega até mesmo sua função principal, transmissão do saber sistematizado. Disto resulta um cotidiano permeado de tensões e frustrações, das quais muitas vezes, não consegue superar. Vê-se, portanto, que a quebra das amarras impostas pelo capital ao trabalho docente, passa por uma revolução dos meios de produção e tem uma amplitude maior no processo de apropriação dos meios de produção por todos.

Palavras-Chaves: Trabalho; Docência; Capital.

RESUMÉ

Notre enquête a son principal objectif centré sur la forme telles que les relations capitalistes de production au travers du travail de professeur et à partir de celui-ci se définissent deux autres objectifs configurés par la compréhension du caractère dialectique du travail. Pour atteindre de tels objectifs, nous devons avoir, dans un premier temps, des réflexions autour du travail comme condition naturelle et éternelle de la vie humaine, dans le sens d'approuver les idées qui puissent dominer la compréhension que le capital est un élément indispensable du processus du travail en général, révélant, ainsi, que tout le processus du travail est en fait le processus de faire travailler le capital. Essayons, encore, de démontrer que le travail est un acte fondateur de l'être social, un point de départ du processus d'humanisation sans lequel la vie n'existerait pas. Dans un deuxième temps de cette dissertation, l'objectif sera de participer en discutant autour de la catégorie de travail selon sa forme d'être dans une société capitaliste. Nous constatons que dans une société basée sur la société privée, la production n'a pas comme objectif premier les choses capable de satisfaire aux nécessités humaines, mais, surtout, celles résultant d'un travail générateur de plus-value, c'est-à-dire, une production d'un objet qui ait une valeur supérieure à celui qui était initialement appliqué. Dans le sens où nous nous approcherions d'une observation plus significative du comment les relations capitalistes de production traversent l'éducation et le travail du professeur, nous nous basons sur deux principaux auteurs pour composer le troisième temps de cette dissertation: István Mészáros et Dermeval Saviani. Nous avons cherché aussi dans les données statistiques basée sur une étude réalisée au sein du corps des professeurs du ministère de l'éducation élémentaire (2003) et dans les recherches de la Confédération Nationale des Travailleurs de l'Éducation (CNTE) ayant pour finalité d'exposer la réalité dénoncée tout au long du texte. Maintenant, tentons de nous approcher de la réalité du travail de professeur, de ses conditions de vie et de comment les relations capitalistes s'insèrent dans l'exercice de ses activités quotidiennes. Ainsi, a été écrit le cadre de l'actuelle situation des professeurs de l'éducation élémentaire au Brésil, en indiquant non seulement ses relations au travail, mais également ses conditions sociaux-économiques. En parcourant ce chemin d'investigation, nous avons établi les considérations finales qui prouvent que les limites imposées par la logique capitaliste laissent le professeur sans liberté, l'empêchant de répondre aux dires d'une logique qui n'admet même pas sa fonction principale, à savoir celle de la transmission du savoir systématisé. De cela résulte un quotidien plein de tensions et de frustrations que parfois la majorité n'arrive pas à supporter. On peut voir que la libération des obligations faites par le capital du professeur passe par une révolution des moyens de production est à une amplitude plus grande dans le processus d'appropriation des moyens de production par tous.

Mots-clés: Travail, Éducation, Capital.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	6
ABSTRACT	7
1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO 1: O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DA VIDA HUMANA	20
2.1 O Trabalho como Produtor de Valor de Uso: as contribuições de Marx e Engels.....	22
2.2 Categorias e Conexões Categorias que Operam no Interior do Trabalho: a contribuição de Lukács	33
3 CAPÍTULO 2: O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	41
3.1 O Trabalho Estranhado	43
3.2 A Relação Salarial	48
3.3 As Relações de Trabalho na Sociedade do Capital	54
3.4 A Jornada de Trabalho e Suas Condições	60
4 CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO, ESCOLA E TRABALHO DOCENTE NA LÓGICA DO CAPITAL	74
4.1 A Educação na Sociedade do Capital ou Reflexões acerca de como as Relações Capitalistas Influenciam a Prática Educativa	75
4.2 Trabalho, Educação e Escola na Sociedade Brasileira	80
4.3 O Trabalho Docente no Contexto das Relações Capitalistas de Produção	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem sua primeira preocupação pautada na forma como as relações capitalistas de produção perpassam o trabalho docente, e quais suas implicações para a realização deste trabalho. As condições de trabalho precárias, os baixos salários, as imposições de políticas públicas de cunho mercantilistas são alguns dos elementos empíricos que trazem uma necessidade veemente de um aprofundamento da questão. Contudo, tivemos o cuidado de não nos limitarmos à análise dos dados empíricos colocados no cotidiano. Buscamos elementos teóricos que nos falassem da realidade dada. Pautados nessa intenção, surgem outros objetivos a essa investigação como: a busca de uma compreensão dialética da categoria trabalho e a investigação do entendimento de como se dá o processo educacional dentro do capitalismo. Esses elementos tornam possível uma análise mais significativa das condições objetivas nas quais se realiza o trabalho docente.

Destacamos que, se não lançamos mão de uma pesquisa empírica em que fossem utilizados questionários, entrevistas ou outros instrumentos metodológicos, é por acreditarmos que a realidade dada, e muitas vezes demonstrada em pesquisas de âmbito regional e nacional, já nos seria de grande valia e se tornaria mais representativa do que buscar em um grupo isolado de entrevistados, a realidade como um todo. Nossa tentativa foi de análise ampla da relação entre a forma de ser do trabalho na sociedade capitalista e como essa forma se reproduz na atividade docente. As estatísticas aqui utilizadas, especialmente no Capítulo 3 desta dissertação, foi uma forma de mostrar que as condições de trabalho forjadas por uma sociedade que tem como fundamento o acúmulo de riquezas, não se restringem a nenhum grupo de trabalhadores.

Percebemos que a preocupação em torno dos trabalhadores em educação não é recente. De longa data, constata-se um movimento em busca da compreensão da função do educador, seu papel na sociedade e suas condições de trabalho. Parece-nos, contudo, que a maior parte dessas reflexões limitam-se a enunciarem ou denunciarem políticas públicas capazes ou não de promover melhores salários, condições de trabalho mais dignas, dentre outros problemas ligados à cotidianidade do trabalho do professor. A questão mesmo do entendimento de como se estabelecem fundamentalmente tais relações degradantes do

trabalho docente parece, na maioria das vezes, ser esquecida em nome da busca de soluções imediatistas. Até mesmo a luta organizada em sindicatos ou outras organizações, freqüentemente, secundarizam a necessidade de compreender para além das necessidades evidenciadas no cotidiano da educação.

Embora saibamos que a luta cotidiana é importante, e que os elementos empíricos fazem parte da totalidade de relações construídas em determinadas condições de um processo de organização social, entendemos que se permanecermos presos aos vestígios deixados por um complexo social e tentarmos extrair somente deles o entendimento da realidade concreta, corremos o risco de cair numa interpretação abstrata. Pensando assim, fincamos nosso estudo na investigação que parte da empiria de como o trabalho docente se apresenta na sociedade capitalista, de forma a constituir uma primeira aproximação da realidade concreta dada. A partir de então, buscamos elementos teóricos que pudessem aprofundar a natureza e a complexidade das relações que o professor estabelece na lógica do capital, não o desvincilhando da totalidade de como se fundam as determinações do trabalho nessa sociedade.

Feitas essas primeiras considerações, tomemos como ponto de partida dessa introdução a nossa premissa fundamental, a qual será a norteadora de toda estrutura teórica dessa dissertação: *a atividade docente é trabalho*. Embora pareça simples negar ou afirmar tal pressuposto, há uma imensa complexidade que envolve essa afirmativa, pois se trata de um caminho envolto de questões não só no campo teórico, mas prático também. Isso porque notamos certo incômodo por parte de alguns grupos acadêmicos em considerar o trabalho docente como trabalho, e como esse debate recai mais profundamente na área de estudos marxistas – ou seja, são estudiosos que partem de Marx e tomam posicionamentos diferentes, diametralmente opostos –, a questão torna-se ainda mais sutil e, ao mesmo tempo, mais árdua de ser enfrentada.

É certo que a interpretação da educação como práxis social e não como trabalho tem, na maioria dos casos, como pano de fundo os estudos lukasianos. Isso porque, conforme veremos no Capítulo 1 desse trabalho, Lukács diferencia trabalho de práxis social. Para esse teórico, a práxis social caracteriza-se pela ação entre os homens e tem como objeto social a consciência ao fazer surgir uma nova posição teleológica, sendo assim um processo que medeia a produção, não sendo, portanto, produção. Diferentemente, o trabalho é caracterizado por um processo de transformação da natureza, de objetivação

de valores de uso, conseqüentemente é produção. Se esses elementos são tomados como fundamento, o trabalho docente não é trabalho, mas sim práxis social.

Se nosso pressuposto tem início nas reflexões feitas por Dermeval Saviani que já no final da década de 1970 afirma que a educação é trabalho, não nos limitamos em seus estudos, embora estes nos tenham sido de grande valia para um primeiro momento de entendimento acerca da problemática. Saviani determina a natureza da educação no âmbito da categoria trabalho não-material que se caracteriza pela não separação entre produto e ato de produção. O autor afirma que:

Com efeito, não estaremos, por certo, forçando a análise se afirmamos que a produção não-material coincide com a produção de saber. De fato, a produção não-material, isto é, a produção espiritual, não é outra coisa senão a forma através da qual o homem apreende o mundo expressando a visão daí decorrente de distintas maneiras.¹

É perseguindo um caminho gradativamente mais sólido para constituir essa premissa de que o trabalho docente é trabalho, que encontramos em Marx considerações efetivas que nos pudessem fundamentar nessa discussão. Se muitos partem do Capítulo V do Livro I de **O Capital** para retirar a definição de trabalho em que Marx faz uma definição geral dessa categoria, ao afirmar que “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”², no **Capítulo VI Inédito de O Capital**³, ele complexifica essa definição ao considerar a existência de uma produção não-material que analisa a natureza da coisa, podendo esta separar-se ou não do processo de produção. Diante desses dois primeiros elementos que aqui destacamos, já podemos afirmar que a negação ou afirmação da natureza da ação docente exige compreensão da complexidade das relações que são estabelecidas entre os homens e não só entre o homem e a natureza.

As considerações dos estudiosos que analisam a educação, e conseqüentemente o trabalho do professor como práxis social e não como trabalho, afirmando que a educação

¹SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 1997, p. 11.

²MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política. Livro I. Tomo I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006, p. 211.

³MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

não faz parte da matriz ontológica ser social, parecem ignorar as afirmativas de Marx acerca da análise do trabalho produtivo e improdutivo presentes no **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Nesse texto, Marx afirma que:

as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager. Ing.*), engenheiro (*engineer. Ing.*), técnico etc., aquele como capataz (*overlook. Ing.*), aquele outro como operário manual ou até como simples servente – **temos que são cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorado pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção.**⁴

Vejamos que Marx considera a complexidade das relações de trabalho que formam a força produtiva do capital. Não faz distinção entre o que seja ou não trabalho, pois todas as atividades realizadas no processo produtivo são consideradas trabalho. O autor somente observa que em alguns momentos se trabalha mais fundamentalmente com a cabeça e em outros com as mãos. Observemos que ele cita como exemplos de trabalho não só as atividades de transformação direta da natureza, mas também aquelas em que a ação situa-se a um nível de relações entre pessoas e conhecimento, no caso do diretor e do engenheiro.

Fica claro que Marx vai além da definição de trabalho como processo de produção imediata de transformação da natureza pelo homem. Percebemos claramente essa idéia quando ele discute as diferentes formas de trabalho assalariado: ele fala da execução de serviços, da atividade de médicos, advogados, entre outros, como trabalho assalariado⁵.

É evidente que quando escreveu suas obras, Marx se ocupou fundamentalmente do trabalho presente no processo de produção imediata. Contudo, ao citar outro tipo de atividade que não esteja relacionada restritamente à relação *homem x natureza*, ele não faz essa diferenciação do que é ou não trabalho; ao contrário, nos evidencia um complexo de relações que se estabelecem. Vejamos que ele faz afirmações acerca dos serviços como forma peculiar de trabalho e não como atividade de não trabalho.

⁴ Ibidem, p. 110 – grifos nossos.

⁵ Cf. MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. Op. cit.

Eis sua afirmação acerca do serviço: “Serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade.”⁶

Corroborando com essa idéia, Eduardo Chagas destaca que é limitada a compreensão de que o trabalho envolve somente a relação homem-natureza, ao destacar nos **Manuscritos de 1844** e n’**O Capital** o complexo de idéias que envolve a categoria trabalho. O autor afirma que:

Embora se tenha expressado aqui que trabalho tem como pressuposto a relação do homem com a natureza, ele não deve ser entendido, como alguns pensam, apenas como condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, pois Marx fala, em **O Capital**, que o trabalho envolve: 1. o próprio trabalho, que é também intercâmbio entre trabalho e trabalho (os diversos ramos de trabalho), ou seja, uma atividade social, coletiva, com vistas a um fim; 2. uma atividade que se aplica à natureza, o objeto universal do trabalho humano; e 3. os seus meios, ferramentas, instrumentos, com os quais o homem transforma a natureza. Também, nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos** (1844) (*Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*), trabalho é, para Marx, uma atividade complexa, que envolve: 1. a relação do homem com o objeto, o produto, o resultado da objetivação de seu trabalho; 2. a relação do homem com o próprio trabalho, com a sua atividade produtiva; 3. a relação do homem com a sua vida genérica (o seu ser genérico) e, por fim, 4. a relação do homem com outros homens.⁷

Diante das idéias aqui colocadas, o trabalho do professor pode ser considerado trabalho com bastante tranquilidade uma vez que Marx questiona até mesmo a produtividade desse trabalho, e afirma categoricamente que o professor é um trabalhador. Senão vejamos sua assertiva:

Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento (*Knowledge mongering institution. Ing*) é **um trabalhador produtivo**.⁸

⁶ Ibidem, p. 118.

⁷ CHAGAS, Eduardo Ferreira. **A Natureza Dúplice do Trabalho em Marx**: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. No prelo.

⁸ MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Op. Cit., p. 115 – grifos nossos.

Esta opção de considerar o trabalho docente como trabalho, direciona o presente estudo para uma abordagem que tenha sua linha de investigação pautada na centralidade do trabalho. É no sentido de discorrer sobre a problemática acima proposta para essa dissertação que a estruturamos em três capítulos, dos quais os dois primeiros têm como preocupação o entendimento da dialética do trabalho, situando o seu sentido original e suas determinações na sociedade capitalista. Interessa-nos mostrar o trabalho em si mesmo e seus desdobramentos na atual forma de organização social. Dessa forma, os Capítulos 1 e 2 representam as idéias básicas sob as quais tentamos realizar uma leitura, o mais profunda possível, acerca da educação e mais especificadamente do trabalho docente, chamando atenção para um contexto amplo de relações sociais que determinam a atividade docente que vão além das superficialidades das políticas públicas.

No Capítulo 1 – *O Trabalho como Condição da Vida Humana* – ocupamos em resgatar a categoria trabalho em seu sentido ontológico como atividade criadora do homem. Nele pudemos construir um estudo teórico que nos afastasse das conclusões levianas de que o trabalho é em sua essência da forma como se apresenta na sociedade capitalista. Para isso, entendemos ser necessário um estudo a partir da obra de Marx em que pudéssemos pinçar essa compreensão do trabalho. Partimos, então, dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**⁹ e de **O Capital**¹⁰, pois em um primeiro momento de estudos, já tínhamos constatado que ao mesmo tempo em que Marx nega a forma de trabalho na sociedade do capital, ele o afirma como atividade criadora do homem.

Estruturamos esse primeiro capítulo em dois diferentes momentos. Primeiro, evidenciamos na obra do próprio Marx que o trabalho é uma atividade genuinamente humana que funda o ser social, sendo, portanto, objetivação de valores de uso necessários a existência humana. Nesse tópico já evidenciamos o caráter dialético do trabalho, idéia esta que se torna mais sólida quando da conclusão da leitura do Capítulo 2 da presente dissertação. No segundo momento do Capítulo 1, mostramos que é através do trabalho que o homem dá o salto para a humanização ao superar sua animalidade no processo de produção de sua existência. O homem, então, supera a consciência fenomênica e passa a transformar a causalidade em causalidade posta através da consciência que pressupõe uma finalidade, uma teleologia. Para esse entendimento, assim como para a compreensão dos elementos categoriais que operam dentro da categoria trabalho, tivemos como fundamento

⁹ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

¹⁰ MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Livro I, tomo I. Op. cit.

os estudos de Georg Lukács em sua obra **Ontologia do Ser Social**¹¹ e no texto **As Bases Ontológicas da Atividade Humana**¹².

O Capítulo 2 – ***O Trabalho na Sociedade Capitalista*** – constitui-se a partir da necessidade de compreender o trabalho na sua forma de ser na lógica do capital, pois precisávamos de elementos que nos aproximasse do entendimento das relações de trabalho do professor, fugindo dessa forma da superficialidade que se mostra na empiria. Nosso objetivo neste capítulo era compreender como se dão as relações do trabalho numa sociedade baseada na acumulação de riquezas e na propriedade privada. Com essa intenção, buscamos nos **Manuscritos de 1844**, no **Trabalho Assalariado e Capital**¹³ e n’**O Capital** os elementos que nos esclarecessem como se dão as relações de trabalho no capitalismo, assim como o processo de negação da formação humana.

Na primeira parte desse capítulo, abordamos as quatro determinações do estranhamento do homem em relação ao trabalho que realiza, mostrando que, na sociedade capitalista, há uma produção em que o próprio homem que a realiza não se reconhece nela, pois, ao produzir mercadorias as quais não lhe pertencem, produz sua própria miséria. Seguindo as reflexões acerca da condição do trabalho na lógica capitalista, propomos o segundo momento do Capítulo 2, no qual tratamos das especificidades da relação salarial, uma vez que o trabalhador troca sua força de trabalho, sua atividade vital, por uma determinada quantidade de dinheiro que irá representar o *quantum* de meios de subsistência que poderá adquirir.

Para finalizar esse capítulo, dispomos de mais dois últimos tópicos que se complementam ao tratarem das relações de trabalho e da jornada de trabalho, respectivamente. O penúltimo versa sobre a condição da força de trabalho como mercadoria que o homem terá que vender para não renunciar sua existência, enquanto o último aborda em que condições se realiza o trabalho na sociedade capitalista, destacando não só dados empíricos colocados por Marx no século XIX, como também atualizando a problemática, e situando inclusive dados sobre o trabalho docente. Também refletimos nesse tópico sobre a composição da jornada de trabalho e o processo de apropriação do *sobretalho*.

¹¹ LUKÁCS, Georg. O Trabalho. In: **Ontologia do Ser Social**. Tradução: Ivo Tonet (ainda não publicada). Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com>>.

¹² LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, 1978, p. 1-18.

¹³ MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1981.

Com esses dois primeiros capítulos, pretendemos deixar claro que há uma relação dialética no trabalho, uma vez que este é, na sua essência, atividade criadora do homem, ao mesmo tempo em que, na sociedade capitalista o trabalho transforma-se em negação da formação humana. Nosso objetivo é não deixar dúvidas de que o processo de produção do capital é antes de tudo um processo real de trabalho apropriado por relações privadas de produção. Não se trata aqui de considerar o capital como elemento necessário do trabalho humano em geral, mas de entender que o processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do trabalho humano. É uma produção de produtos ao mesmo tempo em que se produzem mercadorias.

Tendo já constituído essa primeira parte do arcabouço teórico nos capítulos 1 e 2, dispomos de elementos para um abordagem do contexto educacional de forma mais segura, uma vez que a educação, assim como o trabalho, carrega, na sociedade capitalista, uma contradição nas suas relações. Esta contradição se efetua na medida em que a educação – que é elemento de formação do homem, de apreensão das potencialidades do mundo – é, ao mesmo tempo, na sociedade capitalista, estrutura de negação do conhecimento, força ideológica a serviço do capital e formação de mão-de-obra capaz de reproduzir o sistema de produção baseado na propriedade privada. Essa é a questão inicial proposta para o Capítulo 3 – *Educação, Escola e Trabalho Docente na Lógica Capitalista* – que vai nos aproximar da discussão em torno do nosso objeto de investigação, pois na medida em que realizamos um estudo acerca da educação na sociedade capitalista, ao mesmo tempo nos aproximamos de um retrato da atual situação de trabalho dos professores no Brasil.

Estruturamos o Capítulo 3 em três momentos. No primeiro, tratamos da educação na sua forma de ser no capitalismo, a função que exerce nesse sistema, sem deixar de resgatar o seu sentido último de elemento formador da humanidade. Para isso, tomamos como principal referencial teórico István Mészáros em suas obras **Marx: a Teoria da Alienação**¹⁴ e **Educação Para Além do Capital**¹⁵. No segundo item desse capítulo, aproximamo-nos da realidade brasileira através de Dermeval Saviani. Constituímos a partir desse autor uma leitura do papel da escola numa sociedade de classes, nos aproximando das transformações educacionais regidas pela lógica do capital, além de trazer alguns elementos para a discussão em torno da educação como trabalho. No

¹⁴ MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹⁵ MÉSZAROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

terceiro momento, nos ocupamos da realidade dos professores. Buscamos em dados estatísticos baseados na **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**¹⁶ e nas pesquisas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a elucidação da realidade que já denunciávamos nos dois outros tópicos. Nesse momento, aproximamo-nos da realidade de trabalho do professor, das suas condições de vida e de como as relações capitalistas se inserem no exercício diário de sua atividade. Traçamos, assim, um quadro da atual situação dos professores no Brasil, indicando não só suas relações de trabalho, mas igualmente suas condições socioeconômicas.

Embora a maior parte dos dados estatísticos elencados para essa dissertação faça referência ao trabalho dos professores da educação básica, destacamos que a nossa investigação acerca do exercício da docência tem um sentido mais amplo de entendimento de como as relações capitalistas de trabalho passam a integrar o trabalho do professor. Mesmo porque, as precárias condições de trabalho aliadas ao processo de desvalorização da docência não é um fato isolado que pertença a esse ou aquele nível de ensino, mas um processo abrangente de precarização das condições objetivas de trabalho nas quais estão inseridos esses profissionais. Também pelos mesmos motivos não separamos aqui professores de instituições públicas ou privadas que, embora tenham suas especificidades, fazem parte de uma mesma realidade em que a educação tem seu sentido invertido e volta-se cada vez mais para a valorização de uma sociedade que tem como prerrogativa o aumento da riqueza e a criação de necessidades superficiais.

Baseado nessa estrutura que acabamos de descrever, é que pudemos constituir nossas considerações finais que foram pautadas na relação entre a realidade dada e o estudo teórico realizado numa busca de melhor contribuir para o entendimento das relações de trabalho do professor.

Enfim, acreditamos que elucidar as questões acerca da realização do trabalho docente na sociedade capitalista torna-se necessário para compreender em que contexto de inserção se dá essa atividade que, em maior ou menor medida, pode ou não, dentro das muitas adversidades do cotidiano escolar, limitá-lo a um simples processo de reprodução do *status quo*. Igualmente, esperamos deixar claro que o processo contraditório presente na educação é evidência concreta de que há possibilidades de transformação da ordem social

¹⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: O Instituto, 2006.

vigente e que embora a educação não seja uma tábua de salvação, é importante elemento na construção de uma nova ordem social.

2 CAPÍTULO 1: O TRABALHO COMO CONDIÇÃO DA VIDA HUMANA

Neste capítulo apresentaremos a discussão em torno do trabalho como condição natural e eterna da vida humana, objetivando resgatar idéias que possibilitem a superação do entendimento de que o capital é elemento imprescindível do processo de trabalho em geral, assim como desmistificar a compreensão de que todo processo de trabalho é processo de trabalho do capital. Essas questões são importantes de serem retomadas uma vez que, conforme afirmamos na introdução, nossa investigação tem sua centralidade na categoria trabalho. Por tal razão, entender a essência do trabalho nos mune de elementos para uma análise mais significativa acerca de como as relações capitalistas de produção se inserem no trabalho do professor, invertendo seu objetivo primeiro de realizar um trabalho educativo que tenha como premissa a transmissão e assimilação do saber produzido historicamente e capaz de possibilitar ao homem explorar as propriedades do mundo através de uma produção material livremente associada. É nesse sentido que Saviani¹⁷ nos fala da inversão do sentido da escola que passa a secundarizar seus principais aspectos pautados no domínio do conhecimento sistematizado em razão de outras atividades acessórias. Estejamos certos de que se não nos atermos em entender o trabalho como atividade criadora do homem, corremos o sério risco de perder de vista a compreensão de qualquer determinação fora dos limites do capitalismo e assim podemos acreditar que essa forma de produção é definitiva e, desse modo, só há soluções dentro dela e em conformidade com seu moldes.

Munidos dessa intenção de explicitar o sentido ontológico do trabalho, procedemos a um estudo expressivo sobre essa categoria na tentativa de compreender seu caráter dialético, superando a forma em que se apresenta na sociedade comandada pelo capital. Como forma de realizar uma análise que permitisse esse entendimento, buscamos dois principais referenciais teóricos: Karl Marx e Georg Lukács.

Em Marx procuramos identificar os diferentes momentos de sua obra em que trata da questão do trabalho como produtor de valor de uso, portanto essencial à existência do homem em qualquer que seja a forma de sociabilidade. Para realizar o resgate de tal idéia, concentramos nossos estudos em duas de suas principais obras: **Manuscritos**

¹⁷ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Op. cit.

Econômico-Filosóficos (1844) e **O Capital** (1867). Contudo, não deixamos de considerar outros escritos que também pudessem contribuir no entendimento da dialética do trabalho como: **A Ideologia Alemã** (1846-47), **Crítica ao Programa de Gotha** (1875), **Capítulo VI Inédito de O Capital** (s/d).

Através dos estudos de Lukács, procuramos nos aproximar dos diferentes elementos que operam dentro da categoria trabalho, assim como buscamos subsídios teóricos que nos aprofundassem na compreensão contida nos estudos de Marx em que o trabalho é atividade autocriadora do homem. A investigação em torno da obra de Lukács concentrou-se no capítulo “*O Trabalho*” de sua obra maior **Ontologia do Ser Social**¹⁸. Também nos serviu de apoio o texto **As Bases Ontológicas da Atividade Humana**¹⁹ no qual identificamos importantes elementos da compreensão do trabalho como condição da vida humana.

Ainda como elemento teórico, contamos com as contribuições de Friedrich Engels que, como autor mais próximo dos estudos de Marx, também tratou do trabalho em seu sentido original. Dos escritos de Engels, nossa escolha decaiu sobre a leitura do texto **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem** (1876)²⁰, no qual o autor coloca como idéia central a criação e o desenvolvimento do homem pelo trabalho. Esse texto revela-se como importante elemento para o entendimento da centralidade do trabalho. Conforme afirma Lukács²¹, Engels tem o mérito de ter colocado o trabalho como centro da humanização do homem, vendo nesta atividade o motor decisivo do processo de desenvolvimento do ser homem.

Entendemos que, a partir dessas referências teóricas, poderemos constituir mais significativamente esse primeiro momento de um arcabouço teórico sobre a categoria trabalho que melhor irá iluminar nosso trajeto acerca das questões da influência da lógica capitalista no trabalho do professor.

¹⁸ A leitura do capítulo *O Trabalho* da **Ontologia do Ser Social**, de Lukács, foi realizada através da tradução feita por Ivo Tonet, ainda não publicada. Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com>>

¹⁹ LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas da Atividade Humana*. Op. cit., n. 4, p. 1-18.

²⁰ O ano refere-se ao período em que Engels escreveu o texto, pois sua publicação só foi feita 20 anos depois, em 1896.

²¹ LUKÁCS, Georg. *O Trabalho*. In: **Ontologia do Ser Social**. Op. cit.

2.1 O Trabalho como Produtor de Valor de Uso: as contribuições de Marx e Engels

Para iniciar nossa discussão em torno do caráter fundante do trabalho, partimos da obra do próprio Marx, tentando proceder a uma exegese das suas obras mencionadas anteriormente. Objetivamos, dessa forma, captar em diferentes passagens os elementos que nos fundamentem no entendimento da categoria trabalho como atividade criadora do homem.

Marx e Engels em **A Ideologia Alemã** consideram que o primeiro ato histórico do homem pelo qual se distingue dos animais é o fato dele produzir os meios de vida que satisfaça suas necessidades, pois, ao realizarem sua atividade produtiva, produzem, indiretamente, sua própria vida material. Isso se dá porque o homem precisa produzir permanentemente sua própria existência, uma vez que esta não é garantida naturalmente. Sobre esse aspecto, os autores afirmam que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal.²²

Se partirmos de uma visão materialista dialética da história, como fizeram Marx e Engels, entenderemos que os indivíduos são produtos das condições materiais de sua existência assim como estão condicionados por sua organização temporal. A produção das idéias, portanto, está vinculada à atividade material que o homem realiza. Dessa forma, a distinção entre o homem e o animal aparece mesmo na realização do trabalho pelo qual o homem produz os elementos que fazem parte da sua própria materialidade.²³

Contudo, para termos essa compreensão “positiva” do trabalho, é necessário considerar cuidadosamente as passagens em que Marx trata das determinações dessa categoria, para não acreditar, ilusoriamente, se partirmos de uma leitura superficial, que o trabalho é essencialmente momento de negação do homem. Se no Caderno I dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, na seção em que trata do salário, Marx assevera que

²² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 27.

²³ Ibidem.

o trabalho é pernicioso e funesto, não deixa, contudo, de considerar qual é o momento de realização desse trabalho. Senão, vejamos sua assertiva: “Afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto”.²⁴

Dialeticamente, ainda nos **Manuscritos de 1844**, Marx, ao mesmo tempo em que coloca a forma reducionista na qual o trabalho aparece na sociedade capitalista na medida em que é subsumido pela produção de riqueza, resgata o caráter último do trabalho como atividade vital do homem. Assim afirma:

Pois primeiramente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida.²⁵

Se avançarmos na leitura da obra de Marx, podemos ver que n’**O Capital** ele nos deixa claro sob que condições o valor de uso, resultado do trabalho útil necessário à existência humana, passa a ser mera mercadoria considerada agora apenas no seu aspecto quantitativo.

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade objetiva, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria²⁶.

A partir das primeiras alusões aqui já realizadas, torna-se evidente que Marx compreende o caráter dialético do trabalho, ou seja, vê em que medida ele é atividade fundante do ser social e em que momento torna-se elemento de negação da formação humana. Podemos ver que ele não se limita ao modo como o trabalho se apresenta na sociedade capitalista, assim como não considera esta forma como determinação última e

²⁴ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 29-30.

²⁵ Ibidem, p. 84.

²⁶ MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Op. cit., p. 83.

verdadeira do trabalho, ao contrário, compreende que há uma dupla determinação no trabalho.

Nesse sentido, Marx, no Livro I de **O Capital**, na seção em que trata do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria, faz, em nota de rodapé, uma crítica a Adam Smith, pois este entende o trabalho somente como sacrifício do ócio, da liberdade e da felicidade, sem considerar que é também função necessária à vida humana. O que Smith parece não entender é que o ócio é tempo livre resultado do trabalho e, assim sendo, jamais a liberdade poderá ser antítese do trabalho, pois não há homem sem trabalho. A liberdade real tem sua efetivação no trabalho e não é sinônimo ócio simplesmente, pois o homem como um ser de necessidades precisa satisfazê-las e só pode fazer isso através de sua atividade produtiva, o trabalho, que é elemento essencial de sua autoconstrução. Assim se refere Marx a Smith:

Presente ele que o trabalho, enquanto representado no valor da mercadoria, só conta como dispêndio de força de trabalho, mas concebe esse dispêndio apenas como sacrifício de ócio, liberdade e felicidade, sem considerar que é também uma função normal da vida.²⁷

Conforme afirma Tonet²⁸, o trabalho é fundamento ontológico da liberdade, não podendo o puro ócio, na medida em que é negação do trabalho, ser expressão plena da vida humana. Vejamos, pois, que embora as formas concretas do trabalho (escravismo, servil e trabalho assalariado), historicamente situadas, nos leve superficialmente à idéia do trabalho como castigo, é o que parece fazer Adam Smith, é preciso resgatar a compreensão última do trabalho como atividade fundamental à existência do homem.

Em sentido oposto à crítica feita a Smith, Marx faz a crítica ao pensamento de Hegel sobre o trabalho. Ao partir da economia política clássica, Hegel concebe o trabalho somente em seu aspecto positivo, enquanto processo criador do homem, como sua essência confirmativa. Como se percebe através dos **Manuscritos de 1844**, Hegel não se aproxima do processo de alienação negativa presente no trabalho, dentro da contradição capital-trabalho, que divide, fragmenta, aliena e mutila o homem. Marx reconhece a contribuição de Hegel no conhecimento de que o homem se autoconstrói e é produto de seu próprio

²⁷ Ibidem, p. 69.

²⁸ Cf. TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

trabalho, entretanto vai além e mostra o trabalho na sociedade capitalista como uma ação historicamente determinada, baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem.

No trabalho, na forma em que se apresenta na sociedade capitalista, constituída com base na apropriação privada dos meios de produção, há uma sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso. Sem nos aprofundarmos na questão, vamos somente assinalar alguns primeiros elementos de estranhamento do trabalho que convertem em desrealização do ser social sua atividade produtiva, pois o trabalho na forma social do capital é tema de nosso próximo capítulo.

Tenhamos como elementos iniciais a idéia de que, na sociedade capitalista, o trabalho transforma-se em mero meio de subsistência, pois o operário coloca sua força de trabalho à disposição para ser vendida em troca apenas do salário – determinada quantidade de dinheiro que garantirá que ele possa trocar pelos meios de subsistência que possibilite a reprodução da sua capacidade de trabalho e da sua “espécie”. Isso porque é preciso que sempre haja homens, mulheres e crianças que sejam obrigados a vender sua força de trabalho à produção capitalista, transformando sua força vital em mercadoria ao mesmo tempo em que produzem outras mercadorias. Nesse processo produtivo, o que o trabalhador produz não é para si, mas para outro, assim como não se reconhece nem mesmo na atividade produtiva que realiza.

Contudo, é necessário compreender que, mesmo no modo de produção capitalista, o processo de trabalho não anula suas determinações gerais. Continua a produzir produtos, apesar de ao mesmo tempo produzir mercadorias. A produtividade do trabalho não desaparece, pois, apesar de produzir valor de troca, a objetivação do trabalho é também produção de valor de uso que satisfaz as necessidades humanas. Portanto, percebemos que o modo de produção capitalista não se contrapõe ao trabalho, mas utiliza-o a seu favor através do processo de produção de mais-valia. Por conseguinte, o que vai diferenciar, a produção capitalista de uma outra organização social que tenha como objetivo primeiro a satisfação das necessidades humanas é o objetivo da produção capitalista que é pautado na produção e na apropriação de valor excedente.

Marx esclarece a questão ao afirmar que:

Considerando o seu lado real – considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – o processo de produção do capital é antes do mais um *processo real de trabalho*. Como tal, os seus elementos, as suas componentes conceptualmente determinadas, serão os do processo de trabalho em geral, os de qualquer processo de trabalho, seja qual for o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua.²⁹

Portanto, existe uma diferença fundamental entre a produção de valor de uso através da realização do trabalho na sociedade capitalista e a objetivação do trabalho em seu sentido ontológico. Essa diferença incorre no fato de que na sociedade capitalista a produção de valor de uso só é possível na medida em que é também valor de troca. Isso porque o valor de uso, nessa forma de sociedade, só satisfaz as necessidades humanas, na medida em que pode transformar-se em mercadoria. Diferentemente, a realização ontológica do trabalho tem como horizonte a satisfação das necessidades humanas, tanto da matéria como do espírito.

É a partir das leituras de Marx, aqui já apontadas, que podemos afirmar, seguramente, que, tomando em seu sentido ontológico, o trabalho é uma atividade criadora do homem mesmo que se mostre de forma contrária no capitalismo. É através dele que o homem torna-se homem, uma vez que esta atividade possibilita, essencialmente, sua inter-relação com a natureza e com os outros homens, marcando a passagem do ser meramente biológico para o ser social. Tal passagem se dá resultante da peculiaridade de que o homem transforma e adapta a natureza a si, através do trabalho, diferentemente dos outros animais que se adaptam à natureza existente.

O trabalho é, portanto, um ato fundante do ser social, ponto de partida do processo de humanização. É atividade central da sociabilidade humana, pois, se considerarmos o trabalho em sua estrutura básica geral, veremos que ele implica teleologia, causalidade, busca dos meios, objetivação, por conseguinte, dispêndio de energias não somente físicas, mas também intelectuais, ou seja, dispêndio de força vital.³⁰

Como processo em que participam o homem e a natureza imprimindo forma útil à vida humana, o trabalho é força natural, força de trabalho do homem que, mediada pela natureza e pelos instrumentos de trabalho, produz valores de uso. Assim

²⁹ MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Op. cit., p. 46.

³⁰ Cf. TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Op. cit.

considerando, é necessário entender, segundo indica Marx em **O Capital**, que todo processo de trabalho, independentemente da sua forma de sociabilidade, é formado por três principais elementos: a atividade adequada a um fim (o próprio trabalho); o objeto de trabalho e o instrumental de trabalho. Por objeto de trabalho podemos entender como sendo todas as coisas que o trabalho apenas separa do meio natural, portanto fornecidos pela natureza. É o elemento no qual o homem age e lhes dá vida útil.

Instrumental de trabalho é definido como “uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”.³¹ Marx destaca a relevância dos meios de trabalho como elemento que caracteriza a forma especificadamente humana dessa atividade. É através do instrumental de trabalho que se pode indicar o grau de desenvolvimento da força humana de trabalho, pois, ao considerar suas características, podemos distinguir como se realiza o processo de produção em diferentes épocas econômicas, indicando o grau de independência do homem com relação à natureza e até mesmo as condições em que o trabalho está sendo realizado.

Engels³² chama a atenção para o fato de que o trabalho inicia-se somente com a elaboração dos instrumentos. Primeiramente, os instrumentos de caça e de pesca, resultantes, provavelmente, da necessidade material do homem de ter uma alimentação mais variada para depois desenvolverem-se as mais diferentes formas de forças produtivas que avança no progresso corporal do homem e alarga-se aos mais modernos meios de produção da atualidade.

Em síntese, Marx faz a seguinte afirmação a respeito do processo de trabalho:

No processo de trabalho, a **atividade** do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no **objeto** sobre que atua por meio do **instrumental** de trabalho. O processo extingue-se ao concluir o produto. O produto é um valor-de-uso, em material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em

³¹ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 213.

³² ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d. v. 2.

movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido.³³

Ao considerar os meios necessários à atividade produtiva (atividade, objeto e instrumental), assim como os elementos categoriais que fazem parte dessa atividade (causalidade, teleologia e objetivação), os estudos marxianos mostram que o trabalho é uma atividade produtiva pela qual o homem submete a natureza ao seu domínio. Assim, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana e apenas existe enquanto faz parte do mundo dos homens. Não por acaso Marx faz uma comparação entre a abelha e o arquiteto. Em sua célebre frase, evidencia o caráter humano do trabalho que está, sobretudo, no fato do homem primeiro construir na mente aquilo que construirá objetivamente. Assim diz ele:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir a colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade.³⁴

Nos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, Marx já torna evidente a idéia do trabalho como uma atividade própria do ser humano. É nesse sentido que podemos ver claramente como a construção do pensamento marxiano passa por uma elaboração que tem seu fio condutor bem pautado no entendimento da natureza última do trabalho como atividade vital e produtiva do homem. Na obra citada, Marx afirma:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz para si mesmo, enquanto o homem reproduz a

³³MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 214-215. – grifos nossos.

³⁴Ibidem, p. 211-212.

natureza inteira; [no animal] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto.³⁵

Podemos dessa forma concluir que, ao produzir os valores de uso, o homem estabelece um intercâmbio material com a natureza, produzindo formas materiais indispensáveis à vida humana. Trata-se de uma atividade que cria condições para a liberdade do homem. Isso porque através do trabalho, ele não estará, como os animais, preso às condições exclusivamente orgânicas da natureza, mas pode humanizá-la na medida em que a transforma na tentativa de satisfazer suas necessidades. A esse respeito, Marx assevera:

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ela coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal.³⁶

Corroborando com essa idéia, Marx afirma ainda que:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como sua obra e sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto *objetivação da vida genérica* do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.³⁷

Como podemos perceber, desde 1844 Marx ratifica em diferentes momentos o processo de afirmação do homem pelo trabalho, uma vez que considera esta atividade como vida produtiva, vida criando vida. Quando se segue na leitura dos **Manuscritos de 1844**, constatamos que a relação homem-natureza se realiza na medida em que esta última oferece os meios de vida ao homem, pois o trabalho não existe sem os objetos nos quais

³⁵ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 85.

³⁶ Ibidem, p. 84.

³⁷ Ibidem, p. 85.

possa se exercer, assim como é ela que oferece o meio de subsistência física do trabalhador.

Nesse sentido, constatamos que mesmo em **O Capital** – obra em que expõe a forma como a sociedade capitalista se apresenta em suas relações sociais de exploração do homem pelo homem – Marx não deixa de nos reafirmar a natureza última do trabalho humano como atividade criadora, como expressão da liberdade humana objetivamente. Nesse sentido, ele ressalta que:

O trabalho, como criador de valor-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.³⁸

Na obra em questão, encontramos diferentes momentos em que Marx trata da auto-afirmação do homem pelo trabalho. Logo no início do capítulo V de **O Capital** em que trata do processo de trabalho e do processo de produção de mais-valia, Marx destaca o significado do trabalho em seu sentido ontológico como um processo de apropriação da natureza pelo homem, controlando-a e regulando-a. Trata-se de um processo de apropriação dos elementos da natureza, humanizando-os ao mesmo tempo em que se humaniza.

Considerando, ainda, o trabalho em seu sentido ontológico, Marx afirma que essa atividade trata-se de um meio pelo qual o homem transforma um determinado objeto a partir de uma finalidade posta. O produto do processo de trabalho será um valor de uso que satisfará as necessidades humanas, seja do estômago ou do espírito, seja da produção ou do consumo. Sendo assim, o processo de trabalho é atividade que possui como finalidade a criação de valores de uso, momento, portanto, de apropriação dos elementos naturais pelos homens ao seu favor.

Ao trabalhar, o homem insere novas propriedades aos objetos atribuindo-lhes funções e modos de operar completamente novos. Isso resulta do caráter teleológico do trabalho que faz surgir uma objetividade inteiramente nova nos elementos primitivos. Dessa forma, podemos afirmar que é através do caráter teleológico que se torna possível

³⁸ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 64-65.

realizar materialmente uma finalidade pensada, resultante de uma necessidade humano-social. O trabalho revela-se, então, como “condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”.³⁹

O processo de trabalho que prioriza a criação de valores de uso que satisfaça as necessidades humanas é o trabalho útil e deve ser considerado do seu ponto de vista qualitativo, segundo seu objetivo e conteúdo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. O trabalho é, assim, uma função normal da vida humana que produz os valores de uso necessários à sua manutenção através da ação produtiva do homem sobre a matéria fornecida pela natureza. Esses valores de uso são, portanto, resultado da mudança de formas de matéria existente.

A atividade produtiva do homem é, pois, dispêndio de sua força de trabalho direcionada a um determinado fim que está vinculado à satisfação das necessidades humanas. Por tal razão, afirmamos anteriormente que, mesmo na sociedade capitalista, onde se invertem as relações, o trabalho tem o seu caráter positivo como atividade produtora de valor de uso e não deixa de cumprir sua função primeira de satisfação das necessidades humanas, embora essa se dê na esfera do consumo ditado pelas regras do capital.

Entendemos, dessa forma, que o valor de uso destina-se a satisfazer as necessidades humanas com suas propriedades que são conseqüências do trabalho, uma vez que o homem modifica os elementos naturais de forma a torná-los úteis. Portanto, difere-se do processo de produzir valor – embora ambos os processos tenham uma ligação intrínseca, pois não há produção de valor sem que haja produção de valor de uso, um objeto não pode ter valor de troca se ele não tem utilidade – pois este só é considerado em seu aspecto quantitativo, enquanto o valor de uso é considerado qualitativamente segundo seu objetivo e conteúdo.

Em Lukács encontramos elementos que aprofundam a questão da produção do valor de uso. Para ele, a produção de valor de uso é uma forma de sujeitar a natureza ao homem e para o homem, na medida em que a transforma de acordo com as suas

³⁹ Ibidem, p. 218.

necessidades. Portanto, o trabalho como processo de produção é ineliminavelmente ligado à existência natural do homem. Conforme afirma Lukács:

A imensa maioria dos valores de uso surge a partir do trabalho, mediante a transformação dos objetos, das circunstâncias, do modo de agir, etc. naturais, e este processo, enquanto afastamento das barreiras naturais, com o desenvolvimento do trabalho, com a sua socialização, se amplia sempre mais, tanto em extensão como em profundidade⁴⁰.

Em consonância com as reflexões elencadas até aqui, Engels desenvolve um conjunto de idéias com o objetivo refletir sobre o trabalho como categoria criadora do homem. É no seu texto **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem** que, a partir de uma visão de certa forma naturalista da transformação evolutiva do homem, ele enfatiza o tornar-se homem através do trabalho; afirma que o trabalho não é só fonte de riqueza como pensam os economistas clássicos, mas também é condição básica e fundamental da vida humana. Compreende, então, que, até certo ponto, o trabalho criou o homem. Nesse sentido, fala do aperfeiçoamento das mãos pelo trabalho, que sendo órgão do trabalho é ao mesmo tempo produto dele.

O desenvolvimento não só das mãos, mas também da linguagem e do cérebro são concebidos como conseqüências do trabalho. Este é considerado uma atividade propriamente humana através da qual o homem se constrói e se diferencia dos outros animais, pois é através dele que o homem pode, a partir das necessidades que lhes surgem, obrigar a natureza a servi-lhe. Os outros animais, ao contrário, somente utilizam a natureza na medida imediata das suas necessidades e só a modifica na proporção em que estão presentes nelas e atuando ainda de forma imediata.

Dentro dessas reflexões, Engels destaca, ainda, que não podemos pensar o desenvolvimento da humanidade como conseqüência do cérebro, portanto, resultado daquilo que os homens pensaram, mas sim como resultado do produto das necessidades humanas, pois é a partir delas que, através do trabalho, o cérebro se transforma e pode elaborar instrumentos, iniciando, assim, a atividade chamada trabalho. Nesse sentido, Engels conclui que o trabalho desempenha papel decisivo no processo de constituição e desenvolvimento do homem.

⁴⁰ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Op. cit., p. 65.

2.2 Categorias e Conexões Categoriasais que Operam no Interior do Trabalho: a Contribuição de Lukács

É a partir de um resgate dos estudos realizados por Marx que Lukács aborda a questão do trabalho e retoma a idéia de que os homens se autocriam através de sua atividade produtiva. Dedicar parte da sua obra **Ontologia do Ser Social** para tratar do trabalho em seu sentido originário como produtor de valor de uso, pois acredita que a análise dessa categoria é ponto inicialmente necessário para proceder a uma exposição em termos ontológicos das outras categorias específicas do ser social.

O lugar privilegiado que Lukács atribui ao trabalho quando se analisa o complexo concreto da sociabilidade como forma de ser justifica-se pelo fato de que todas as outras categorias já possuem um caráter social, desdobram-se no ser social anteriormente constituído, pressupondo, dessa forma, que o salto para a humanização tenha acontecido antes delas. Ao contrário, como afirma Lukács, o trabalho:

tem como sua essência ontológica um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.⁴¹

O homem, como um ser de necessidades, busca a todo instante satisfazê-las e a cada novo instante cria novas necessidades. É através do trabalho que ele satisfaz suas carências e cria a possibilidade de seu desenvolvimento, pois “toda a atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca”.⁴² Nesse sentido, para Lukács, o homem é um ser que dá respostas.

Lukács considera, assim, que o trabalho aparece como uma base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser. Trata-se da possibilidade do homem ir além da fixação na competição biológica pela sobrevivência. É um processo de tornar-se homem através do trabalho. Essa idéia fica clara quando ele afirma: “O trabalho torna-se não simplesmente

⁴¹ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Op. cit., p. 3.

⁴² LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas da Atividade Humana**. Op. cit., p. 5.

um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas ao contrário – precisamente no plano ontológico –, converte-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto”.⁴³

Podemos entender que através do trabalho o homem supera a animalidade e dá o salto para a humanização, superando a consciência fenomênica que é determinada apenas biologicamente. Esse salto proporciona o aperfeiçoamento de uma nova forma de ser, o nascimento de uma forma real mais complexa e, portanto, qualitativamente diferente da anterior. Consiste na passagem do ser orgânico para o ser social que acontece através de um desenvolvimento muito longo, contraditório e desigual.

Na **Ontologia do Ser Social**, Lukács nos esclarece que “a essência do salto é constituída por esta ruptura normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de uma forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser”.⁴⁴ O autor afirma ainda que:

O salto acontece logo que a nova constituição do ser se torna efetiva, mesmo que em atos isolados e inteiramente primordiais. Mas há um desenvolvimento extremamente longo, em geral contraditório e desigual, antes que as novas categorias do ser cheguem a um nível extensivo e intensivo que permita ao novo grau do ser constituir-se como um fato definido e fundado em si mesmo.⁴⁵

Engels exemplifica o demorado tempo que o processo do salto para a humanização leva para acontecer. No estudo por ele realizado, aborda a questão da passagem da animalidade à humanidade. Aproxima-se do tema através da investigação do processo de transformação do macaco em homem no qual se desdobram os mais variados elementos até a decisiva superação da forma bestial do animal. Sobre essa extrema lentidão do processo, afirma:

Foi necessário seguramente, que transcorressem centenas de milhares de anos – que na história da Terra tem uma importância menor que um segundo na vida de um homem – antes que a sociedade humana

⁴³ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Op. cit., p. 6.

⁴⁴ Ibidem, p. 5.

⁴⁵ Ibidem, p. 43.

surgisse daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores. Mas, afinal, surgiu.⁴⁶

Dentro do que foi exposto até aqui, ainda nos parece necessário esclarecer que o trabalho não diz respeito a uma simples relação imediata de transformação da natureza. Trata-se de um ato de escolha, de consciência que pressupõe o conhecimento de finalidades e meios. Não se pode considerar, portanto, como um ato de execução mecânica de uma atividade, pois no trabalho não só o fim é teleologicamente posto, mas a transformação da cadeia casual em que se realiza deve transformar-se em uma causalidade posta.

Como podemos ver, o processo de trabalho não é espontâneo; ao contrário, é guiado teleologicamente e o seu desenvolvimento consiste exatamente no aperfeiçoamento, na concretização e na diferenciação desta orientação teleológica dos processos espontâneos. Por tal razão, a essência do trabalho para Lukács se constitui numa articulação peculiar e exclusiva entre causalidade e teleologia. A causalidade constitui-se num princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo, enquanto a teleologia é uma categoria posta. Essas duas categorias se entrelaçam numa existência concreta, real e necessária.

A relação entre causalidade e teleologia é intrínseca, pois, embora a causalidade não funde o por teleológico, sem ela não há qualquer teleologia possível. A relação de dependência se dá pelo fato da teleologia necessitar de elementos casuais para transformar-se em causalidade posta. Na transformação da causalidade natural em causalidade posta há uma permanência da essência da causalidade, de seus fundamentos ontológicos naturais, pois não há uma transmutação da causalidade em teleologia. É nesse sentido que Lessa faz a seguinte afirmativa:

Pelo contrário o caráter posto expressa a mediação através da qual a objetividade primária do ser se subordina a dadas posições teleológicas, as quais têm o poder de articular as propriedades da natureza em novas formas e relações, dando origem a uma objetividade (o mundo dos homens); mas tendo também o limite de poder alterar o caráter ontologicamente primário do ser. A causalidade posta, portanto, continua a ser causalidade, não se transmutando em

⁴⁶ ENGELS, Fridrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Op. cit., p. 273.

teleologia – todavia, por ser causalidade posta, está articulada em uma nova forma cuja origem é necessariamente uma atividade teleológica orientada.⁴⁷

Considere-se, ainda, que na causalidade é sempre o passado que determina o presente, enquanto o agir teleológico é determinado a partir de um futuro posto e definido, é um agir guiado pelo dever-ser do fim. A finalidade do agir teleológico nasce não aleatoriamente, mas da tentativa de suprir uma determinada necessidade humana⁴⁸.

Ao partir da compreensão de como a teleologia estabelece uma relação de dependência existencial com a causalidade, Lukács entende que o caráter teleológico só é possível no trabalho, pois se trata do “único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro por teleológico como momento efetivo da realidade material”.⁴⁹

Dessa forma, podemos considerar que o trabalho é um ato de escolha, pois a estrutura ontológica do processo de trabalho é constituído de uma cadeia ininterrupta de alternativas sempre novas. Essas alternativas não são produtos de uma consciência fenomênica, mas ação realizada em circunstâncias reais, concretas. A idéia do trabalho como constante ato de decisões nos é claramente colocada por Lukács quando ele afirma que a consciência do animal jamais será uma alternativa, sempre será um epifenômeno, ou seja, somente o homem, capaz de realizar o trabalho, pode escolher entre essa ou aquela possibilidade de realização da sua atividade produtiva.

Se a estrutura ontológica do processo de trabalho é uma cadeia de alternativas, é lógico considerarmos, portanto, que não se trata apenas de um único ato de decisão, mas de um processo composto de uma cadeia temporal. Lukács, então, nos esclarece que “a alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo da criação de um existente”.⁵⁰

As alternativas só podem desenvolver-se partindo de um sistema de reflexão da realidade. É através do trabalho que a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente e executa, na própria natureza, modificações. Dessa forma, a consciência impulsiona e orienta um processo transformador e reformador da natureza. Se a relação

⁴⁷ LESSA, Sérgio. **Trabalho e Ser Social**. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997, p. 54.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*.

⁴⁹ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Op. cit., p. 10.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 31.

que os animais estabelecem com o ambiente permanece restrita ao campo biológico sem jamais fazer um confronto entre sujeito e objeto, ao contrário,

no reflexo da realidade como premissa da presença de fim e meio no trabalho, se realiza uma separação, um afastamento do homem do seu ambiente, uma tomada de distância que se manifesta claramente no confronto mútuo entre sujeito e objeto. No reflexo da realidade a reprodução se destaca da realidade produzida, coagulando-se numa realidade própria da consciência.⁵¹

Sobre a consciência, Lukács nos evidencia que Marx não desconsidera a importância que ela tem na relação com o ser material, ao contrário, entende-a como um produto tardio do desenvolvimento desse ser material. Vejamos sua afirmação a esse respeito:

O produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões irrealistas – que é carente de força.⁵²

É somente através da posição teleológica – como cadeia de alternativas materializadas através do trabalho – que os objetos podem receber a qualidade socialmente existente de ser posto no processo de trabalho, não mais sendo causalidade natural. Ao contrário, se a cadeia de decisões alternativas falhar, por qualquer motivo que seja, a causalidade natural retorna à sua condição primeira.

Lessa nos mostra essa possibilidade de retorno à causalidade natural mesmo que já tenha se iniciado um processo de transformação dela em valor de uso através do seguinte exemplo: se supusermos que uma determinada pedra é escolhida para fazer um machado e algo de errado acontece no processo produtivo que impossibilita essa

⁵¹ Ibidem, p. 24.

⁵² LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas da Atividade Humana**. Op. cit., p. 3.

transformação, a pedra volta a ser apenas uma pedra, perde a característica social que lhe seria dada e, portanto, retrocede a sua condição natural.⁵³

No processo de produção de valor de uso, temos como primeiro impulso para a posição teleológica a vontade de satisfazer uma necessidade, ou seja, o desejo do homem de dá resposta a uma carência que se mostra – característica esta comum ao homem e ao animal. Contudo, a diferenciação que há no processo de satisfazer a carência posta ao homem, inicia-se quando entre a necessidade e a satisfação insere-se o trabalho, a posição teleológica que vai determinar na consciência um fim antes que ela se realize materialmente, superando uma mera ação instintiva. Conforme sublinha Lukács:

E neste mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua natureza marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico o fato de que entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como elemento mediador.⁵⁴

É nesse sentido que Lukács compreende que a essência do trabalho está no fato de que o homem nasce em meio à luta pela sua existência, na constante busca em satisfazer suas necessidades. Assim, quando o homem coloca em movimento sua força produtiva nesta busca, exerce uma transformação não só na natureza, mas também em si mesmo, tornando-se, dessa forma, responsável por seus estágios de desenvolvimento, pois estes são o produto de sua autoatividade.

Do ponto de vista da subjetividade, a atividade de apreensão do real, imprescindível ao por teleológico, tem o caráter de reflexo, momento, portanto, da processualidade do trabalho. Por reflexo podemos entender como uma categoria decisiva da consciência que não se trata da simples realização de uma cópia do real pela subjetividade. Ao contrário, é uma forma especificadamente social da ativa apropriação do real pela consciência. Assim, mesmo que a teleologia seja necessariamente posta pela consciência, ela não pode ser reduzida a mera e simples pulsão da subjetividade, pois ela só existe quando está em relação com a materialidade.

⁵³ LESSA, Sérgio. **Trabalho e Ser Social**. Op. cit.

⁵⁴ LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**. Op. cit., p. 36.

É através do trabalho que subjetividade e objetividade se articulam para converter, de modo teleologicamente orientado, a causalidade em causalidade posta. Assim como não se pode pensar em trabalho somente como uma ação puramente objetiva do homem com a natureza, não se pode reduzi-lo a um simples subjetivismo. Para Lukács, é na relação entre a consciência e a ação que se define a categoria ontológica central do trabalho: realizar no âmbito do ser material posições teleológicas, dando origem a uma nova objetividade.

Nesse sentido, concluímos que o trabalho só é possível quando é precedido de um tal por que determine o processo em todas as suas fases. É somente através da posição teleológica do trabalho que se torna possível surgir uma objetividade inteiramente diferente dos elementos primitivos dados casualmente.

A partir do já exposto, podemos considerar o trabalho como a única forma existente de ser finalisticamente produzido que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social.

Lukács vê no trabalho o modelo de toda práxis social. Distingue-o da práxis social uma vez que ele se caracteriza por um processo entre a atividade humana e a natureza que tende a transformar objetos naturais em valores de uso. Diferentemente, o que caracteriza a práxis social é a ação do homem sobre os outros homens, tendo como objetivo mediar a produção, mas não é objetivação. Nas palavras de Lukács trata-se da “tentativa de induzir outra pessoa (ou um grupo de pessoas) a realizar algumas posições teleológicas concretas.”⁵⁵

Assim, a práxis social se caracteriza por ter uma posição teleológica em que o fim posto é imediatamente finalidade de outras pessoas e tem um peso secundário em relação ao trabalho imediato, portanto o objeto dessa finalidade secundária não é um elemento da natureza. A essas posições teleológicas, Lukács chama de secundárias. Isso porque somente no trabalho pode ser encontrado um complexo do ser no qual a posição teleológica tem um autêntico papel de modificação da natureza.

Diante dessas afirmações em torno da diferenciação entre trabalho e práxis social é que Lukács acredita não ser possível que “as marcas específicas do trabalho não

⁵⁵ Ibidem, p. 47.

podem ser transferidas sem mais nem menos para formas mais complexas da práxis social.”⁵⁶ Nesse mesmo sentido, ele afirma o seguinte:

O trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do intercâmbio orgânico com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da práxis social, na sua grandíssima maioria pressupõe este intercâmbio orgânico com a natureza, este fundamento da reprodução do homem na sociedade.⁵⁷

O que podemos considerar diante do que analisamos até aqui é que o trabalho, em sua forma essencial, é ato fundante do ser social uma vez que proporciona uma relação verdadeira e necessária do homem com a natureza e do homem e com os outros homens. Assim, em seu sentido ontológico, o trabalho assume uma função vital, sem o qual a vida não existiria. Trata-se de uma manifestação em si mesma, da necessidade do homem de produzir as condições materiais que precisa para viver.

⁵⁶ Ibidem, p. 48.

⁵⁷ Ibidem, p. 51.

3 CAPÍTULO 2: O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Se mostramos no Capítulo I que o trabalho é atividade autocriadora do homem na medida em que produz valores de uso que satisfazem suas necessidades, neste capítulo trataremos de evidenciar como o trabalho na sociedade capitalista passa a ser momento de negação da formação humana. Veremos que, no modo de produção capitalista, invertem-se as relações de trabalho e o homem passa a ser um mero executor de tarefas em troca do salário. Esse salário não é, portanto, resultado direto da produção que realiza, mas de uma quantidade de dinheiro que irá garantir sua existência de operário. Constataremos, ainda, que numa sociedade baseada na propriedade privada, a produção não tem como primeiro objetivo as coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas, mas sim aquelas resultantes de um trabalho gerador de mais-valia, ou seja, de uma produção de objetos que tenha um valor a mais do que o inicialmente foi empregado. Veremos que, conforme afirma Marx:

A função verdadeira, função específica do capital enquanto capital é pois a *produção de valor excedentário* e esta, como à frente se esperá, não é mais do que *produção de sobretrabalho, apropriação* – no decurso do processo de produção real – de *trabalho não pago*, que se apresenta à vista e se objetiva como *mais-valia*⁵⁸.

Uma vez que nossa investigação nasce do questionamento sobre como as relações capitalistas de produção atravessam a práxis docente, ela passa a assumir um sentido mais abrangente no entendimento sobre os limites e possibilidades de formação do homem através do trabalho. Na tentativa de compreender mais profundamente essa questão, buscamos nos aproximar de como se dão as relações de produção na sociedade capitalista. Para isso, partimos da perspectiva do materialismo histórico-dialético de Karl Marx e procedemos a uma abordagem ampla do trabalho como tentativa de um melhor entendimento da inserção do homem nessa forma de sociabilidade sem, contudo, nos desprendermos do estudo sobre o trabalho como atividade ontológica.

Tendo como referência a configuração do capital que se apresenta contrária à forma do trabalho como elemento de formação da vida humana, preocupamo-nos em

⁵⁸ MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Op. cit., p. 42-43.

investigar como se originam e se estabelecem tais relações de trabalho. A partir desse elemento, traçamos, como objetivo deste capítulo, compreender como o trabalho na sociedade capitalista passa a representar um momento de negação do homem quando deveria ser somente ocasião de auto-afirmação de sua humanidade.

Para realizar esta tarefa, debruçamo-nos no estudo de textos da obra de Karl Marx produzida em três diferentes momentos, na tentativa de estabelecer um movimento de completude entre elas. Inicialmente elaboramos reflexões a partir dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, que nos oferecem elementos para a compreensão de como ocorre o estranhamento do homem com sua atividade produtiva.

Num segundo momento, nos fundamentamos em **O Trabalho Assalariado e Capital** – obra publicada em forma de artigos na *Gazeta Renana* em 1849 – que foi a base das conferências realizadas por Marx para os proletários na Associação Operária Alemã de Bruxelas, em 1849. Consideramos esta obra de suma importância para a compreensão do trabalho assalariado em suas várias determinações. Contamos, ainda, nesse texto com algumas alterações feitas por Engels, no sentido de evitar imprecisões de conceitos e idéias. Através desse texto, procuramos entender como se dá a relação salarial entre capitalista e operário, buscando entrar com mais radicalidade na questão.

Também no sentido de tornar mais significativa a reflexão acerca do salário, contamos com outra obra de Marx, igualmente destinado a conferências feitas aos trabalhadores, **Salário, Preço e Lucro** (1865)⁵⁹, que aborda aspectos importantes do elemento histórico-social do salário, além de tratar com clareza de outros conceitos como expropriação primitiva, mais-valia etc.

Por fim, valendo-nos de estudos do livro I de **O Capital**, publicado em 1867 (o ponto máximo da obra do autor), buscamos elementos que aclarassem como se dão as relações capitalistas de produção. Abordamos a jornada de trabalho na sua forma de ser na sociedade capitalista, assim como tentamos evidenciar como o desenvolvimento da ciência volta-se a favor da produção capitalista.

Queremos esclarecer que em nenhum momento das reflexões aqui realizadas desconsideramos o caminho de construção do arcabouço teórico de Karl Marx. Portanto, o movimento de ir e vir das obras citadas, sem as deixar estanques em uma determinada

⁵⁹ A data refere-se ao ano em que Marx proferiu esse texto no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. A publicação foi feita somente no ano de 1898.

seção desse capítulo, é uma tentativa de buscar sempre novos elementos que, apesar de não esgotar a discussão acerca do trabalho, deixa, ao menos, a oportunidade de estabelecer uma construção teórica mais sólida e rica de sentido.

É com esse caminho que esperamos elaborar reflexões sobre a compreensão da categoria trabalho e sua representação no nosso atual contexto de organização social de produção, no sentido de nos aproximar da compreensão do processo de desumanização do homem por meio do seu trabalho, assim como nos munir de elementos que tragam maior clareza sobre o trabalho do professor e sua constituição nos ditames do capital, assim como suas condições e limites.

3.1 O Trabalho Estranhado

Estamos diante de uma etapa de reestruturação do modo de produção capitalista no sentido de recuperação do seu ciclo produtivo. Tal fato traz profundas transformações na forma como se organiza o trabalho, pois nos deparamos agora com um quadro em que emerge o desemprego estrutural, as condições de trabalho precarizadas e a degradação da relação *homem x homem e homem x natureza*.⁶⁰

O fato é que mesmo com as constantes transformações que o capitalismo vem sofrendo e suas inevitáveis reestruturações advindas das suas crises, essa forma de sociedade é a mesma. Rege-se pelo mesmo princípio que antes: acumulação de riqueza através da exploração da força de trabalho como forma de produção de mais-valia.

Dado que o modo de produção não mudou, apesar de mudar algumas de suas configurações, toda a obra de Marx continua sendo uma importante base de construção teórica para o entendimento das relações na sociedade capitalista. Por tal razão, partimos dela para traçar algumas reflexões sobre a categoria trabalho no sentido particular que assume na lógica do capital, da mesma forma como procedemos para compreender o trabalho como atividade universal do homem.

Entendemos, pois, que a compreensão de como se consolidam as relações do homem com o trabalho que realiza não pode ser desvinculada da forma como se organiza o

⁶⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

modo de produção de determinada sociedade. É por meio do modo de produção que se estabelecem e se transformam as relações sociais de produção, dependendo do seu grau de desenvolvimento das forças produtivas e da sua constituição histórica.

Sabe-se que a sociedade capitalista é regida por imensa acumulação de riquezas. Seu modo de produção aparece como uma “coleção de mercadorias”. Sua constituição econômica se compõe da classe trabalhadora que produz a riqueza, da qual só recebe o suficiente para se manter como classe trabalhadora e dos capitalistas que se apossam dos valores produzidos e lhes permite comprar a força de trabalho dos trabalhadores. Se por um lado se produz imensa riqueza, de outra parte, a grande massa da sociedade é incapaz de se apropriar dos excedentes da produção.

Considerando essa configuração capitalista na qual a produção se destina à criação do capital privado, as relações de trabalho assumem dimensão diversa da sua essência. O trabalho não representará mais uma atividade na qual o homem se educa e se forma material e espiritualmente, mas um meio em que se estranha da sua natureza, daquilo que produz, da sua atividade e de si mesmo.

Nessa forma de organização social, o trabalho – atividade de autodeterminação do homem mediante a qual satisfaz necessidades e cria condições para a liberdade – transforma-se em único meio pelo qual garantirá sua existência. É nesse sentido que Karl Marx destaca o caráter desumanizante do trabalho no capitalismo. Esse, como uma atividade forçada, será um sacrifício que o homem realizará em troca apenas da manutenção da sua vida. Sua liberdade será suprimida e somente será gozada nas suas funções de animal, como comer, beber e procriar. Embora tais funções sejam igualmente humanas, se estas forem transformadas em objetivo único, tornam-se componente puramente animal, pois o indivíduo volta-se, exclusivamente, para a garantia de satisfação da sua natureza orgânica. Assim, aquilo que é humano transforma-se em desumano. O trabalho representará para o homem a perda de si mesmo, não mais atividade vital na qual manifesta sua vida genérica. Trata-se da expropriação de sua própria vida.⁶¹

Nos **Manuscritos de 1844**, Marx afirma que o trabalho na sociedade capitalista é estranhado, alheio ao homem. A partir daí, ele situa quatro momentos do estranhamento do homem em relação ao trabalho que realiza.

⁶¹ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit.

Primeiramente o autor fala do estranhamento do homem com o produto do seu trabalho. Esse se configura como um objeto que pertence a outro, embora se constitua na objetivação do seu próprio trabalho e, sendo assim, sua vida está colocada nele. A objetivação do trabalho torna-se, dessa forma, exterior ao homem, uma vez que o que produz não será para si, mas para outro; não satisfará suas necessidades, mas as de outro.

É sabido que na sua relação com o mundo externo sensível, o homem se relaciona com a natureza para produzir os objetos. Contudo, através da objetivação estranhada, a apropriação da natureza origina desapropriação. Isso porque quanto mais o operário produz, menos tem para si. Estranha-se do objeto por ele produzido uma vez que o que ele produz para si não é o produto no qual concentra sua força, mas o salário que representa certa quantidade de meios de subsistência. Assim, sua atividade produtiva representa unicamente um meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá viver, ainda que seja como operário. Tonet refere-se da seguinte forma sobre o estranhamento do homem em relação ao objeto que produz:

O resultado disso é que o trabalhador, além de se transformar em um mero objeto, útil apenas na medida em que é um meio de produção de mercadorias, também se vê privado do produto do seu trabalho, o que, em última análise, quer dizer privado de si mesmo. Desse modo, o produto do trabalho, que se suporia ser uma expressão positiva do trabalhador e um meio de satisfação de suas necessidades, se revela um instrumento de desprodução, de esvaziamento do homem.⁶²

Do mesmo modo como o objeto que o homem produz se torna estranho a ele, a atividade produtiva também é alheia. É nesse momento que Marx expõe a segunda determinação do estranhamento. O trabalho, da forma como se expressa na sociedade capitalista, não pertence à natureza do homem; não representa a satisfação das suas necessidades, mas das de um outro, estranho a ele. É sua desumanização, esgota-o e arruína seu espírito; momento, portanto, de negação da sua formação física e espiritual, como uma atividade realizada por ele, mas contra sua existência. O homem não compreende o verdadeiro caráter do trabalho, assim como não domina o processo. Nesse sentido, Marx acentua a idéia do estranhamento do homem em relação ao processo de produção ao afirmar que:

⁶² TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Op. cit., p. 107.

O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro.⁶³

A terceira determinação do estranhamento do homem em relação ao trabalho se concretiza na relação alheia que ele estabelece com o seu gênero. Nesse momento, a vida genérica do homem se transforma em meio de vida individual, negando a determinação essencial do trabalho que é o fato de ser uma atividade fundamentalmente social. Diferentemente de afirmar-se como ser genérico na transformação da natureza inorgânica, a vida genérica é reduzida a sua individualidade. O indivíduo volta todas as suas potencialidades para sua singularidade imediata, o que torna o gênero estranho ao indivíduo.

Quando o homem tem o objeto que produz tirado de si e apropriado por outro, tem também sua vida genérica subtraída de si. A objetivação da natureza não aparece mais como seu produto, como realização de sua vida genérica. Assim,

O objeto de trabalho é portanto a objetivação da *vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto da sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungs-gegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.⁶⁴

Como quarta determinação, encontramos o trabalho no qual o homem estranha o próprio homem, na medida em que o objeto produzido por ele pertencerá a outro ser

⁶³ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 83.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 85.

estranho a ele. Não será uma divindade ou outra força mística que se apropriará do objeto do seu trabalho, mas é o próprio homem. O que é produzido será gozo para um e desprazer para outro. Tal fato acontece porque o homem (capitalista) não se reconhece no próprio homem (operário). Os dois estabelecem uma relação de negação recíproca em que o homem se aliena do seu gênero e se limita a sua individualidade. As relações entre os homens serão estabelecidas segundo o padrão em que cada um se encontra.

Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o julgo de outro homem.⁶⁵

Ainda acerca da relação estranhada dos homens, Eduardo Chagas nos mostra como se estabelece essa determinação, ao afirmar que:

Esse momento se evidencia, por um lado, pelo fato de que um certo número de homens produzem para outros e por isso não terem o controle sobre o produto do seu próprio trabalho; por outro, pelo fato, de um número reduzido de homens – os capitalistas –, que não trabalham, se apropriarem do produto alheio. Deste modo, pode-se dizer que tanto os trabalhadores como os capitalistas são estranhos um frente ao outro, porém, as conseqüências são diferentes: o estranhamento para o trabalhador se patenteia como miséria, sofrimento e desumanização, enquanto para o capitalista, como riqueza, deleite e satisfação.⁶⁶

Diante das considerações até aqui realizadas, conclui-se que, na realização do trabalho estranhado, a miséria do trabalhador é produto do seu próprio trabalho. Suas necessidades são limitadas àquelas exclusivamente corporais, pois, para desenvolver seu espírito, é necessário tempo livre, ou seja, estar fora da busca de suprir a sua materialidade imediata. Nesse ponto, a sociedade do capital limita o trabalhador, uma vez que, quanto

⁶⁵ Ibidem, p. 87.

⁶⁶ CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jul./dez. 1994, v. 8, n. 16, p. 27.

mais lança mão do seu tempo livre para ganhar maior quantidade de dinheiro, mais sua liberdade se encontra a serviço da mesquinhez.

É na relação estranhada entre o trabalhador e o não-trabalhador que resultarão apropriação de um e a não-apropriação de outro. Esse processo de apropriação do trabalho do outro tem como determinação última a propriedade privada, por meio da qual são os meios de produção expropriados de uma grande parcela dos indivíduos, obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa será posta a serviço da produção capitalista e criará objetos dos quais não se apossará.

3.2 A Relação Salarial

Até aqui pudemos constatar que uma das primeiras determinações a se considerar, no que tange às relações do trabalho na sociedade do capital, é o domínio da burguesia, cuja existência se funda nas relações econômicas de produção. Vemos, ainda, que o trabalho nessa forma de produção burguesa é uma mercadoria capaz de criar mercadorias e, conseqüentemente, valor para o capital. Para ter tal mercadoria, o capital deve contar com uma classe despossuidora de qualquer meio de produção, tendo unicamente a capacidade de trabalho, que será obrigada a vender como mercadoria, de forma a não abrir mão da sua vida. Analisemos, agora, como se dão as diferentes determinações da relação salarial entre operários e capitalistas.

Em troca da sua força de trabalho, o operário receberá determinada quantidade de meios de subsistência – o salário – o suficiente para que sua classe não seja extinta. Este representará um valor em dinheiro que o capitalista pagará em troca de determinado tempo em que força de trabalho será colocada a serviço da sua produção. Contudo, o salário não é composto de parte das mercadorias que o operário irá produzir, pois ele não tem participação nelas.

Dessa forma, o salário não corresponderá ao produto fabricado pelo homem, pois ele já havia vendido sua força de trabalho antes de iniciar a produção. Igualmente, o operário é pago não com o dinheiro da mercadoria que produz, mas com aquele que o capitalista tinha de reserva. Em síntese, o salário é parte das mercadorias já existentes com a qual o capitalista compra certa quantidade de força de trabalho produtiva.

Marx deixa claro que essa quantidade de dinheiro que o capitalista possui antes de iniciar a produção e que lhe permite comprar a força de trabalho do operário é resultado de uma série de processos históricos que decompõe a unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho e que ele prefere chamar de expropriação originária, embora os economistas insistam no termo acumulação prévia ou primitiva.⁶⁷ Se antes o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o “*caracol e a sua concha*”, agora ele é expropriado de qualquer meio que possa permitir-lhe produzir sem que tenha que se submeter à venda da sua força de trabalho.⁶⁸

Marx observa, ainda, que somente através de um processo revolucionário seria possível suprimir essa condição de expropriação do trabalhador.

Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, esse estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova.⁶⁹

Como se pode depreender, o salário representa a quantia em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela execução de uma determinada tarefa. Quando compra o tempo da força de trabalho, o capitalista pode fazer o operário trabalhar conforme o tempo estipulado. Isso porque a força de trabalho é uma mercadoria passível de ser comprada e vendida. É a mercadoria do operário (força de trabalho) que é trocada pela mercadoria do capitalista (dinheiro).

Por sua vez, o trabalhador poderá trocar a mercadoria dinheiro por outras, como: açúcar, carne e roupas. Dessa forma, se exprime o valor de troca da mercadoria por força de trabalho: o trabalhador troca aquilo que ganha em dinheiro por outras mercadorias necessárias a sua subsistência. Esse valor de troca avaliado em dinheiro é o preço. Deduz-se, assim, que “o salário não é mais do que o nome especial dado ao preço força de

⁶⁷ MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁶⁸ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit.

⁶⁹ MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Op. cit., p. 160.

trabalho [...] não é mais do que o nome dado ao preço dessa mercadoria especial que só existe na carne e no sangue do homem.”⁷⁰

Em **O Capital**, Marx aprofunda o entendimento da relação salarial e constata que o salário aparece para os burgueses como preço do trabalho. Contudo, apresenta-se como valor do trabalho apenas na aparência, pois na verdade o salário paga somente parte da jornada de trabalho. O *quantum* pago ao operário só representa parte do que ele deveria receber, paga-se a ele o trabalho necessário a sua reprodução, uma vez que se oculta no cálculo do seu valor o trabalho excedente que gera mais-valia.

Não há, portanto, equalização entre o tempo de trabalho do operário despendido na produção e o valor pago por ele, pois se assim acontecesse o capital deixaria de existir. Tal fato se dá porque a forma de produção capitalista se funda na apropriação do trabalho não pago e para que aconteça essa apropriação é preciso que o valor pago pela força de trabalho seja sempre menor do que aquele que ela produz. Somente através dessa desigualdade entre preço da força de trabalho e seu verdadeiro valor é que se produz mais-valia e se transforma dinheiro em capital.

Em meio a essa mercantilização da força trabalho, Marx nos chama a atenção para a inversão da finalidade da atividade produtiva do homem. O trabalho é cooptado pelo modelo burguês de produção e posto a serviço da sua manutenção e reprodução. Transforma-se em meio para existir. É trabalhar para viver. A atividade do homem é meio pelo qual ganha dinheiro que lhe permitirá, como diz Marx, se sentar à mesa, ir ao boteco e deitar-se a cama. Não por acaso Marx afirma que: “A seda, o ouro, o palácio, reduzem-se para ele a uma quantidade de meios de subsistência, talvez uma camisola de algodão, a uns cobres, a um barraco na favela.”⁷¹

A relação salarial tem sua caracterização igual a todas as outras relações mercantis. O preço do salário seguirá as mesmas determinações do preço de outras mercadorias, embora tenha alguma especificidade no que se refere aos elementos sociais e morais. O salário será determinado pelo custo da sua produção, ou seja, o custo de manter o operário como operário capaz de realizar as atividades para as quais foi contratado. Esse custo depende também da formação profissional do operário, pois quanto maior o tempo de formação, mais caro ele custará ao capital.

⁷⁰ MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Op. cit., p. 17.

⁷¹ Ibidem, p. 18.

Considera-se, ainda, para o cálculo do custo da força de trabalho, o desgaste da classe operária, levando-se em conta aqui o custo da sua procriação, para que seja sempre possível substituir velhos trabalhadores por outros novos capazes de dar continuidade ao processo produtivo. O que o trabalhador receberá será o salário mínimo, o minimamente necessário para viver e procriar como operário. A esse respeito Marx faz uma analogia entre o homem e o bicho da seda para mostrar como o operário reproduz sua parca condição de sobrevivência: “Se o bicho da seda fizesse o fio de seda para manter sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado.”⁷²

É preciso considerar, ainda, o movimento da alta e da baixa do salário. Vejamos que, mesmo que se tenha um aumento do salário do operário, devemos ponderar as outras relações presentes nesse processo de remuneração da força de trabalho para não cairmos ilusoriamente na idéia de uma melhoria de vida do operário. Para isso, é essencial realizar uma distinção, mesmo que minimamente, entre o salário real e o salário nominal. O salário real representa a quantidade de meios de subsistência que o operário pode comprar, enquanto o salário nominal correspondente ao preço pago em dinheiro ao trabalhador. Nem sempre aumento nominal representa aumento real. Muitas vezes, se considera um aumento em relação ao montante de dinheiro recebido como algo positivo ao operário, mas substancialmente em nada representa, pois comumente o poder de consumo dos meios de subsistência pelos operários não se altera. Isso ocorre em consequência de uma variação do valor dos meios de subsistência ao mesmo tempo em que há uma variação do valor do salário. Dessa forma, não podemos desprezar o caráter relativo e proporcional do salário.

Igualmente, embora consideremos que em determinada época o salário real aumente em razão de um desenvolvimento crescente do capital, e o operário passe a ter mais prazeres, a satisfação social do operário pode diminuir, uma vez que o capitalista também possuirá extraordinariamente mais prazeres. Devemos considerar que “as nossas necessidades e nossos prazeres têm sua origem na sociedade, por conseguinte, medimo-os por ela e não pelos objetos com que os satisfazemos. Como são de natureza social são sempre relativos.”⁷³

⁷² Ibidem, p. 18.

⁷³ Ibidem, p. 33.

Considerando a relação salarial, nos **Manuscritos de 1844**, Marx nos remete a três diferentes situações em que a sociedade pode se encontrar e mostra que de todas essas formas em que se apresenta a sociedade capitalista o trabalhador assalariado é o que mais perde. Inicialmente, Marx supõe que a sociedade se encontre em um momento de declínio de sua riqueza. Nesse caso, a classe trabalhadora sofre cruelmente, ao máximo porque perde em sua existência. Se em determinada época aconteça o contrário e a riqueza da sociedade progredir, o trabalhador estará em uma situação favorável. Contudo, a oferta de trabalho será maior e o operário irá encurtar o tempo de sua vida, pois, quanto mais quiser ganhar, mais entrega sua vida a serviço da produção capitalista. É ainda preciso que se observe que esse enriquecimento da sociedade é resultante da exploração da força de trabalho, é trabalho acumulado tirado das mãos dos trabalhadores. Nesse sentido, Marx afirma que:

Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a conseqüência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer a [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou medicação de uma parte dos trabalhadores.⁷⁴

Por fim, Marx acentua a situação em que a sociedade teria atingido o último estágio possível de sua riqueza. Nesse momento, o salário chegaria a um nível muito baixo, garantindo somente a existência de um número de trabalhadores menor que o existente, aumentando, conseqüentemente, a concorrência entre eles. O resultado seria a morte do excedente.

Diante do quadro das três situações, Marx conclui:

Portanto, na sociedade em situação regressiva (*abnehmend*), miséria progressiva do trabalhador; na [sociedade] em situação progressiva, miséria complicada; na [sociedade] em situação plena, miséria estacionária.⁷⁵

Diante do exposto, podemos afirmar que, enquanto o operário recebe os meios de subsistência em troca da sua força de trabalho, o capitalista recebe dele a sua atividade

⁷⁴ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 27.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 28.

produtiva. Restitui, dessa forma, aquilo que teve que pagar e ainda acumula um valor maior. Assim, para o capital, determinado valor poderá ser consumido de maneira *reprodutiva*, uma vez que, mediante a compra da força de trabalho, pode criar mais valor.

Contraditoriamente, esse mesmo valor será usado de forma *improdutiva* pelo operário, pois os meios de subsistência os quais recebe logo desaparecerão, e ele só os terá de novo se realizar uma nova troca. Dessa forma, o operário está eternamente preso à necessidade de vender sua propriedade (força de trabalho), não lhe restando opção nesse modo de produção burguesa. Caso contrário, terá que renunciar a sua existência.

Na relação social de produção capitalista, portanto, uma relação burguesa de produção, a dominação de uma classe que trabalha por outra que não trabalha só é possível porque esta última controla o trabalho acumulado e, dessa forma, subordina o trabalho imediato vivo ao trabalho morto, abstrato. Nas palavras de Marx: “É o domínio da acumulação do trabalho passado, materializado, sobre o trabalho imediato, vivo que se transforma trabalho acumulado em capital.”⁷⁶

Como podemos ver, a sociedade capitalista, que tem como fundamento a propriedade privada, se baseia no modo de produção cuja base está na acumulação de riquezas. Desse modo, está em constante busca de maior lucratividade do capital na produção de mercadorias. Para tal, a força de trabalho será explorada de forma a produzir maior lucro.

Nesse contexto, a emancipação dos trabalhadores, que toma forma de emancipação do homem, terá que suprimir essa propriedade privada, meio e resultado da exploração do trabalho. A emancipação humana como totalidade dependerá dessa supressão. Conforme afirma Marx:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas

⁷⁶ Ibidem, p. 29.

as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação.⁷⁷

3.3 As Relações de Trabalho na Sociedade do Capital

Como podemos constatar, o trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana se apresenta dialeticamente na sociedade comandada pelo capital. Por tal razão, Marx, em **O Capital**, fala de um duplo caráter do trabalho. Este aparece como atividade produtora de valor de uso e expressão de valor de troca. Portanto, enquanto geradora de valor de uso, o produto do trabalho concreto satisfaz as necessidades do homem, sendo indispensável à sua existência. O trabalho, nesse sentido, é considerado do ponto de vista qualitativo. Diferentemente, quando o trabalho é expressão da criação de valor, subtraem-se todas as qualidades do trabalhador e do produto de seu trabalho e passa a considerar apenas a quantidade de trabalho empregado para produzi-lo. Em suma:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso⁷⁸.

A força de trabalho na forma de sociedade capitalista se transforma em simples produtora de mercadorias. Essas mercadorias, assim como o trabalho, possuem valor de troca e valor de uso, pois não há circulação de mercadorias sem que haja uma necessidade de consumo pelos indivíduos e somente o valor de uso de uma mercadoria faz dela objeto de consumo. Saiba-se que esse valor de uso presente na objetivação do trabalho na sociedade capitalista não é valor de uso direto para o capitalista, ou seja, ele não produz para o seu consumo, para suprir suas necessidades de uso seja de um sapato ou de uma roupa, pois a produção tem como objetivo primeiro a criação de valor de troca.

Por tal razão, no modo de produção capitalista, a satisfação das necessidades da sociedade é subsumida pela constante obrigação de produção e reprodução do capital, pois

⁷⁷ Ibidem, p. 88-89.

⁷⁸ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p.68.

a produção de mercadorias tem como intenção primeira a troca, e não a satisfação das necessidades humanas. A produção de objetos só satisfaz as necessidades humanas, na medida em que produz valor, capital.

Assim sendo, na sociedade capitalista o trabalho é, antes de tudo, atividade criadora de valor. Ao corporificar trabalho humano a um objeto de trabalho, este se acresce de valor. É dessa forma que se estabelece a produção de capital; não é pela circulação, embora não aconteça fora dela, nem pela troca que se produz capital, mas pelo emprego de trabalho humano. Esta é a única atividade capaz de criar valor excedente ao valor que é empregado da produção. Como afirma Marx, a mais-valia é “um dom gratuito do trabalho” que o capitalista terá a “sorte” de encontrá-la à venda. A força de trabalho cria valor na medida em que seu processo de consumo é ao mesmo tempo processo de produção de mercadoria.

Marx assim se refere ao processo de criação de valor:

Ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado começa a “trabalhar” como se tivesse o diabo no corpo.⁷⁹

Quando se considera o trabalho como produtor de mercadoria, portanto de valor, não interessa se está se tratando da atividade produtiva de um sapateiro ou de um padeiro, mas de trabalho geral, dispêndio de força humana simplesmente abstraída de suas qualidades úteis. Desse modo, o trabalho concreto embora seja conservado, é subsumido ao trabalho abstrato. Será necessário considerar somente o trabalho abstraído de todas as suas especificidades, reduzido a tempo, simplesmente, porque o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho empregado nela.

Trata-se aqui do tempo socialmente necessário à produção. Esse tempo não se determina unicamente pela destreza do trabalhador ou pelo tempo de produção individual; trata-se de um tempo social que deve considerar o desenvolvimento da tecnologia e as condições de trabalho possíveis para que o objeto seja produzido. Não importa se um produtor individualmente em sua produção leva mais ou menos tempo para produzir

⁷⁹ Ibidem, p. 228.

determinada mercadoria. O tempo socialmente necessário é que determina quanto ela irá valer.

Vejamos que caso um produtor leve mais tempo para produzir sua mercadoria, ele terá que vendê-la considerando o tempo socialmente necessário e irá com isso ter prejuízo em sua produção. Isso porque, no momento da troca da mercadoria, as inúmeras forças de trabalhos concretos empregados vão ser igualadas e contadas pelo tempo socialmente necessário à produção, não pelo tempo individual utilizado por cada produtor. A força de trabalho que vai interessar no momento da troca é a força de trabalho única, trabalho abstrato, dispêndio de cérebro, músculos, nervos e mãos.

Já afirmamos que o trabalho é a única mercadoria capaz de criar valor, portanto para que haja produção de capital, é necessário que o capitalista encontre essa força de trabalho à disposição para ser comprada. Para que isso aconteça, são imprescindíveis algumas condições: primeiro é preciso que aquele que vai vender a força de trabalho disponha dela, não podendo, assim, vendê-la por completo, mas por períodos determinados; em segundo lugar, o possuidor da força de trabalho não pode vender a mercadoria que encarne o seu trabalho; em terceiro, o trabalhador deve ser livre, tanto para dispor da sua força de trabalho, como estar livre das coisas necessárias à materialização da sua força de trabalho. Deste modo, o trabalhador deve estar expropriado de qualquer meio de produção, pois é isto que o impossibilita de produzir e vender o produto do seu trabalho; precisa estar totalmente destituído para ser obrigado a vender sua força de trabalho como única forma de garantir a sua existência; irá trabalhar para viver.

De acordo com as condições necessárias à compra e venda da força de trabalho, cria-se no capitalismo uma falsa idéia de liberdade, igualdade e propriedade. A liberdade que se configura na possibilidade do operário vender a sua força de trabalho quando e a quem desejar não passa de um cinismo da sociedade do capital, pois o operário não vende sua força de trabalho porque deseja, mas para não renunciar a sua própria existência. Da mesma forma, colocam-se as relações entre vendedor e comprador da força de trabalho como dois proprietários de mercadorias, portanto, juridicamente iguais. Contudo, o evidente é que o trabalhador, ao vender sua força produtiva, sente-se “como alguém que vende sua própria pele e apenas espera ser esfolado.”⁸⁰

Voltemos à discussão acerca de como se determina o valor a ser pago por essa força de trabalho comprada pelo capitalista como forma de complementar o que foi posto

⁸⁰ Ibidem, p. 206.

anteriormente. O valor da força de trabalho determina-se como o valor de qualquer outra mercadoria: pelo tempo necessário à sua produção que, por sua vez, supõe a existência do indivíduo, sua manutenção e reprodução. Uma vez que o possuidor da mercadoria força de trabalho é mortal, torna-se necessário garantir que ela seja substituída em caso de desgaste ou de não mais existir.

Por tal razão, os meios de subsistência destinados ao trabalho devem garantir a existência dos substitutos dos trabalhadores. Para isso, o homem necessita de certa quantidade de meios de subsistência para que se reponha certa quantidade de cérebro, músculos e mãos utilizadas pelo trabalhador na produção, uma vez que ele deve ser capaz de realizar todos os dias as mesmas tarefas com a mesma força e vigor. Marx afirma o seguinte:

O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor.⁸¹

Do mesmo modo que no cálculo da força de trabalho entra o desgaste físico do operário, é preciso que se considere o elemento histórico e moral, pois a satisfação das necessidades do trabalhador é um produto histórico, portanto envolvem hábitos, exigências de cada nação, além das condições naturais.

Em **Salário, Preço e Lucro**, Marx nos mostra que é o elemento histórico, social e moral que constitui os traços peculiares que distingue o valor da força de trabalho dos valores das demais mercadorias. Esses aspectos vão além dos elementos físicos e consideram na determinação do valor o padrão de vida tradicional de cada país que satisfaça certas necessidades provenientes das condições sociais em que vivem e se criam os homens. Tal fato nos mostra que o valor do trabalho não pode ser fixado apenas pela lei da oferta e da procura da mão-de-obra, pois ela só regula as oscilações temporárias dos preços do mercado, assim como o valor pago ao operário não depende da simples vontade do capitalista. Vejamos a assertiva de Marx a esse respeito:

Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais que vivem e criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um livônio. A importância do papel

⁸¹ Ibidem, p. 201.

que, a esse respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social poderei vê-la no livro do Sr. Thornton sobre a Superpopulação, onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.⁸²

A determinação do valor da força de trabalho deve ser acrescida ainda do custo de formação do operário, pois é necessário que haja certa educação e treino para a realização do trabalho. Isso representará um gasto a mais no processo produtivo que vai variar conforme o grau de qualificação da mão-de-obra. Se considerarmos uma qualificação mínima para a realização da produção, a força de trabalho será paga somente considerando os meios de subsistência para manter a classe operária.

Por isso, quanto menos tempo de formação profissional um trabalho exigir, menor será o custo de produção do operário, mais baixo será o preço do seu trabalho, o seu salário. Nos ramos da indústria em que quase não se exige uma aprendizagem, bastando a simples existência física do operário, o seu custo de produção limita-se quase unicamente às mercadorias indispensáveis para poder viver de modo a conservar a sua capacidade de trabalho. Por isso o preço do seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários.⁸³

Portanto, o valor da força de trabalho será determinado diante de diversas circunstâncias, a considerar: destreza dos trabalhadores, grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, organização do processo de produção, eficácia dos meios de produção, condições naturais de trabalho, além do elemento histórico, social e moral. Todos esses elementos devem estar a serviço de uma maior capacidade produtiva da força de trabalho, considerando-se não só o trabalho vivo, mas também o trabalho morto.

Nesse ponto, vale um momento de reflexão sobre o trabalho morto e o trabalho vivo. Marx considera este último como o *fermento da produção*. É ele que se apropria dos objetos de trabalho, da matéria-prima e dos instrumentos de produção transformando-os em valores de uso. Não se pode, portanto, considerar que possa haver produção sem que haja força de trabalho humano, mesmo que se tenha o mais alto desenvolvimento da tecnologia e da ciência. Por isso, não faz sentido falar em fim do trabalho. O trabalho morto que consiste em trabalho contido no material ou instrumental de trabalho, ou seja,

⁸² MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Op. cit., p. 182.

⁸³ MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Op. cit., p. 25.

força de trabalho contida na matéria-prima e nos meios de produção como resultado de um trabalho anterior, só se realiza como valores de uso através do trabalho vivo.

Para produzir é necessário que seja incorporada determinada quantidade de trabalho vivo, ou seja, trabalho imediato do trabalhador à materialidade morta. Como afirma Marx, “o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna.”⁸⁴

Não podemos, portanto, nos iludir com os argumentos de que a produção será no futuro totalmente robotizada e não necessitará por isso de força de trabalho. Nesse sentido, Antunes reafirma a centralidade do trabalho, ao questionar a possibilidade de desaparecimento da classe operária, da seguinte forma:

Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa articulação entre os trabalhos vivo e morto.⁸⁵

Não percamos de vista que, conforme nos mostra Marx em **O Capital**, o processo de trabalho envolve a atividade, o objeto e os instrumentos de trabalho. É através do dispêndio da sua força que o homem transforma um objeto por meio do instrumental de trabalho. Do processo de objetivação do trabalho humano resulta o valor de uso que pode servir para o consumo imediato ou apresentar-se como meio de produção para outro valor de uso. Assim, esse valor de uso pode ser considerado matéria-prima ou meio de trabalho, dependendo da sua função no processo de produção.

É necessário que os objetos de produção, os instrumentos e a força de trabalho empregada estejam em condições normais de funcionamento, para que a produção de mercadorias ocorra. A normalidade da produção é que irá garantir que não se tenha um tempo de trabalho além do socialmente necessário à produção. Se qualquer um desses elementos estiver fora do padrão de funcionamento, o tempo de produção irá aumentar causando prejuízo ao capitalista, pois terá gasto um tempo maior do que o socialmente necessário, e isso, conforme afirmamos anteriormente, não deixará mais caro o seu produto, pois para o cálculo do valor de uma mercadoria não se considera o tempo singular da produção.

⁸⁴ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 271.

⁸⁵ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 75-76.

O trabalhador acresce valor ao objeto por meio do emprego de determinada quantidade de trabalho, acrescenta tempo de trabalho, criando, dessa forma, novo valor ao objeto. Ao produzir um novo valor de uso, o trabalhador preserva os valores de uso anteriormente contidos no objeto. Assim, ao mesmo tempo em que cria novo valor de uso, conserva aquele existente no objeto de trabalho e no instrumental. No processo de produção, ao consumir determinado valor de uso, o trabalho cria outro produto, um novo valor de uso.

3.4 A Jornada de Trabalho e Suas Condições

É no capítulo VIII de **O Capital** que Marx trata da jornada de trabalho e a partir dela aborda empiricamente as suas condições na sociedade capitalista como um momento de negação da condição humana. Através de inúmeros relatos, o autor fala das condições de trabalho nas fábricas, no século XIX, denunciando a degradada condição do trabalho infantil, as incansáveis jornadas de trabalho, além do alto grau de exploração do homem. O quadro que Marx apresenta é o resultante do excesso de horas de trabalho: de crianças se definhando, se atrofiando no exercício de trabalhos cansativos e repetitivos; deformações físicas advindas de acidentes de trabalho ou de excesso de repetição de um mesmo movimento; além da degeneração moral a que se submetem as famílias. Enfim, trata-se do constante exercício de trabalhar até a morte.

Ao tratar aqui das questões relativas, teóricas e empíricas, acerca da jornada de trabalho acreditamos que estamos constituindo elementos teóricos objetivos que vão melhor iluminar as raízes das condições contemporâneas do trabalho do professor, assim como compreender qual o fundamento do complexo de relações que se estabelece na sociedade capitalista e atinge o professor, seja da escola pública ou privada, do ensino básico ou superior, pois, embora se resguarde as devidas diferenças, ambos trabalham sob os ditames de uma lógica de expropriação que obrigam alguns professores a jornadas de trabalho de até sessenta horas semanais em diferentes escolas. O cenário que se constitui é de degradantes condições de trabalho, caracterizada não só pelo excesso de horas, mas também pelas péssimas condições objetivas de trabalho, além da insuficiência das remunerações que não é capaz, muitas vezes, nem mesmo de garantir uma segurança material de vida desses professores.

Extraindo as peculiaridades que se mostram na empiria quando observamos a jornada de trabalho, Marx entra radicalmente na questão e mostra como esta se constitui na forma de ser da sociedade capitalista. Expõe a dupla composição da jornada de trabalho, destacando os elementos que a forma: o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente que produz os meios de subsistência para os proprietários dos meios de produção. A jornada de trabalho possui, então, um tempo destinado ao trabalhador e outro ao capitalista.

A partir desse elemento, podemos entender porque jamais uma sociedade regida pela lógica do capital poderá ter a jornada de trabalho reduzida ao tempo de trabalho necessário. Caso esse fato acontecesse e o trabalhador só trabalhasse o mínimo necessário, a sociedade capitalista sucumbiria. Isso porque é forçoso que o trabalhador dedique parte do seu trabalho ao capitalista, uma vez que é dessa forma que há a produção da mais-valia, objetivo primeiro do modo de produção baseado na propriedade privada.

Contrária à idéia de trabalhar somente o quanto seja necessário, o capitalista procura transformar tempo de trabalho necessário em tempo de trabalho excedente, ou seja, diminuir o tempo que o operário trabalha para si e na mesma medida aumentar o tempo em que trabalha de graça para ele. Essa transformação é necessária à sociedade do capital, pois só assim poderá ser absorvida maior quantidade de trabalho excedente e, conseqüentemente, haverá maior produção de mais-valia.

Consideremos, ainda, que para que haja uma maior absorção do trabalho excedente, é preciso que haja uma maior eficiência dos meios de produção no sentido de aumentar a produtividade. A transformação da produção é necessária porque a jornada de trabalho tem um limite de exploração determinada tanto pelo desgaste físico do operário como pelas fronteiras morais. Isso porque o trabalhador enquanto humano mortal, portador de necessidades, precisa de tempo para dormir, alimentar-se, entre outras atividades. Assim, também como na condição de ser social, deve satisfazer suas necessidades espirituais e sociais.

A jornada de trabalho representa o tempo laboral que o operário vende ao capitalista. Portanto, a quantidade de tempo acordada que ele deve trabalhar, não lhe pertence, é valor de uso do capitalista que poderá usufruir dela ao seu bel prazer. Essas

horas vendidas estão alienadas do seu possuidor e caso “o trabalhador consuma em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista.”⁸⁶

Na lógica capitalista, a jornada de trabalho passa a ter como objetivo a produção da mais-valia, portanto, há um alongamento do tempo de trabalho excedente. Para o capitalista é interessante que se estenda o tempo de trabalho até o limite último da exploração da força de trabalho. Marx relata jornadas de 12, 14 e até 16 horas de trabalho no século XIX. Contudo essa situação não se limita a época em que Marx escreveu **O Capital**, a atualidade dessa discussão se mostra nos estudos de Borsoi⁸⁷ que constata jornadas de trabalho de 60 horas semanais comumente empregadas nas fábricas de calçados no município de Horizonte-CE. Assim afirma a autora:

A expressão “estou arrebitado, morto” descreve de modo preciso o estado de um operário, e de tantos outros, que haviam trabalhado uma jornada de 16 horas na ITEX2 para preencher o vazio deixado por um colega. Esse não era um caso isolado. Outros trabalhadores estavam “também dobrando o turno” porque era final de ano e a empresa estava com grande demanda.⁸⁸

Quando consideramos o trabalho do professor, objeto de nossa investigação, veremos que além das horas dedicadas exclusivamente a sala de aula, ele ainda tem que desdobrar o tempo que lhe resta em outras atividades relacionadas ao exercício de sua profissão. O que deveria ser tempo livre se transforma em tempo de trabalho na realização de correções de provas e trabalhos, na elaboração de planejamentos, assim como na participação de cursos que pode melhor auxiliá-lo no seu exercício profissional e melhorar sua remuneração. Destacamos, ainda, que as horas dedicadas ao serviço doméstico pelos professores, em sua maioria mulheres, são significativas e também compromete o tempo que poderia ser dedicado ao lazer. Veremos essas questões com mais detalhes no Capítulo III, mostrando como a jornada de trabalho se prolonga comprometendo as atividades de lazer e cultura, prendendo o professor a mesquinhez dos acontecimentos cotidianos.

Dentro da lógica do mercado, quando não mais pode prolongar o tempo de trabalho do operário, o capitalista cria outros meios para que a produção não pare, é o caso do revezamento dos trabalhadores em diferentes turnos – prática tão comum nos dias de hoje. A esse respeito Marx afirma que:

⁸⁶ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I, tomo I. Op. cit., p.271.

⁸⁷ BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **O Modo de Vida dos Novos Operários**: quando o purgatório se torna paraíso. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 84.

O prolongamento do trabalho além dos limites diurnos naturais, pela noite adentro, serve apenas de paliativo para apaziguar a sede vampiresca do capital pelo sangue vivificante do trabalho. O impulso imanente da produção capitalista é apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia. Sendo fisicamente impossível, entretanto, explora, dia e noite sem parar, a mesma força de trabalho, é necessário, para superar esse obstáculo físico, revezar as forças de trabalho a serem empregadas no período diurno e noturno.⁸⁹

Marx vê, ainda, que o excesso de horas de trabalho imposto pelo modo de produção capitalista infringe os elementos físicos, sociais e morais.

Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve permanecer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo, sempre que possível, ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome o carvão, e a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. O sono normal necessário para restaurar, renovar e refazer as forças físicas reduz o capitalista a tantas horas de torpor estritamente necessárias para reanimar um organismo absolutamente esgotado.⁹⁰

No que se refere às condições de trabalho nas fábricas, vemos um total desrespeito à própria humanidade dos trabalhadores. No capítulo VIII **O Capital** em que o autor trata da jornada de trabalho, ele mostra a grande quantidade de acidentes que mutilam e matam muitos dos operários, colhe relatos de acidentes em que os operários têm até um quarto do corpo arrancado. Além disso, são péssimas as condições sanitárias desses ambientes de trabalho. Ao referir-se a uma fábrica de fósforos da época, assim se expressa: “Dante acharia que foram ultrapassadas nessa indústria suas mais cruéis fantasias infernais.”⁹¹

Como sociedade capitalista se funda na constante acumulação de riquezas, é natural que ela procure constantes meios para essa acumulação de capital. A manufatura é a primeira resposta do capitalismo na busca de uma maior lucratividade, pois no processo manufatureiro a produção dividida e isolada nas suas diferentes fases se tornando mais

⁸⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I, tomo I. Op. cit., p. 297.

⁹⁰ Ibidem, p. 306-307.

⁹¹ Ibidem, p. 286.

produtiva já que com ela se é capaz de ter um maior número de mercadorias acabadas ao mesmo tempo. Nessa divisão do trabalho na fábrica, o trabalho de um é o ponto de partida do trabalho do outro. Assim,

em vez de um mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência, são elas destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes.⁹²

No capítulo XXIII, no momento em que Marx trata da legislação fabril inglesa, encontramos o processo de negação da formação humana no interior das fábricas. O processo formativo dentro das fábricas é unilateral e transforma o homem em “acessório da máquina”, pois

Grande parte das crianças empregadas nas fábricas modernas e nas manufaturas, soldadas desde a mais terna idade às manipulações mais simples, é explorada durante anos sem aprender nenhum trabalho que as torne mais tarde úteis ao menos nessa mesma fábrica ou manufatura.⁹³

É a partir da manufatura que a totalidade do trabalho não se encontrará mais no indivíduo, mas sim no trabalhador coletivo, como forma de enriquecimento do capital. O trabalho coletivo será a síntese dos vários trabalhadores parciais na execução da produção e nenhum deles terá a compreensão de todo o processo produtivo. Por tal razão, Marx observa que a manufatura produzirá a virtuosidade do trabalhador mutilado.⁹⁴

O processo de negação da formação do operário se agrava com o emprego da manufatura e com o desenvolvimento da grande indústria uma vez que esses dois processos suprimem até mesmo a condição de aprendiz que estava presente no artesanato. Assim, todo o processo de produção é expropriado do trabalhador. Ele não é mais capaz de compreender o processo produtivo daquilo que produz, uma vez que se limita a um único ponto desse processo. A atividade de produção lhe é estranha. Isso porque com a divisão

⁹² Ibidem, p. 392.

⁹³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 87.

⁹⁴ Ibidem.

do trabalho na fábrica o conhecimento de todo o processo produtivo não está mais no indivíduo, mas sim no trabalhador coletivo constituído de vários trabalhadores parciais.

Para executar a produção na forma do capital, é necessário certo número de trabalhadores empregados por um mesmo capitalista, onde seja negada a compreensão de todo o processo produtivo a todos os trabalhadores individuais. A ausência do conhecimento de como se dá o processo de produção das mercadorias passa a ser condição *sine qua non* para a produção capitalista.⁹⁵

A organização do trabalho em torno do trabalhador coletivo é uma forma que a produção capitalista encontrou para alcançar seu objetivo último: o aumento da produtividade. Através do trabalho coletivo é que se cria uma força produtiva capaz de produzir maior quantidade de valores-de-uso. Com o aumento da produção, ocorre a diminuição do valor das mercadorias o que acarreta uma necessidade menor de trabalho necessário, aumentando assim a fração de tempo que os trabalhadores dedicam à produção da mais-valia.

O aumento da produtividade se dá, por sua vez, com o emprego do trabalhador coletivo, pois é através dele que se determina uma força média de trabalho. Nesse sentido, embora cada trabalhador individual que compõe essa cooperação tenha um tempo de trabalho particular, este tempo não pode ser destoado do ritmo total da produção. Caso aconteça de um operário não se enquadrar no tempo socialmente necessário, sua força de trabalho não poderá ser vendida ou será vendida a um valor aquém das outras. Por tal razão, freqüentemente as fábricas submetem os candidatos a emprego a um período de teste em que se determina se ele está apto ou não ao trabalho, ou seja, se ele é capaz de produzir no ritmo médio de produção da fábrica como um todo.

É essa necessidade de aumento da produtividade que faz necessário o trabalho coletivo, pois o resultado desse trabalho não poderia ser realizado por um trabalhador individual ou só seria possível em um maior espaço de tempo e conseqüentemente

⁹⁵ A negação do conhecimento na sociedade burguesa é abordada por Saviani ao tratar de sua proposta de educação, a Pedagogia Histórico-Crítica. Através dela esse autor defende a transmissão e assimilação do saber historicamente constituído como forma de contribuição para a superação da sociedade de classes e o desenvolvimento humano em geral. Saviani afirma que: “À medida que estamos ainda numa sociedade de classes com interesses opostos e que a instrução generalizada da população contraria os interesses de estratificação de classes, ocorre esta tentativa de desvalorizar a escola, cujo objetivo é reduzir o seu impacto em relação às exigências de transformação da própria sociedade [...] Os economistas tinham clara consciência, de um lado, da necessidade de generalizar a escola e, de outro, que essa generalização tinha que ser limitada à escola básica. [...] Quer dizer, os trabalhadores têm que ter instrução, mas apenas aquele mínimo necessário para participarem dessa sociedade, isto é, da sociedade moderna baseada na indústria e na cidade, a fim de se inserirem no processo de produção, concorrendo para o seu desenvolvimento”. SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Op. cit., p. 114-116.

produziria numa escala bem reduzida. Cria-se essa nova força produtiva que se trata de uma combinação de diferentes trabalhos individuais que aperfeiçoa o método de trabalho parcial em consequência de uma repetição contínua da mesma operação. Dessa forma, cada trabalhador individual executa com maior destreza sua parte no processo produtivo, constituindo-se um trabalhador coletivo em que as forças produtivas orgânicas são elevadas ao seu grau máximo de produção, “pois o trabalhador coletivo tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certo limite, o dom da ubiqüidade.”⁹⁶

A partir da cooperação, do trabalho coletivo, que se estrutura a divisão do trabalho na fábrica e com ela se dá a incapacidade do trabalhador exercer o processo produtivo em toda a sua extensão. Trata-se de um processo de imbecilização do homem que acontece em consequência de uma forma de organização do trabalho que destaca as operações uma das outras e as justapõe no espaço onde cada trabalhador executa uma mesma tarefa parcial que com o tempo transforma-se em profissão. Esse processo de subdivisão da produção é cada vez mais intenso na medida em que se desenvolve a produção. Resume-se o trabalhador a uma esfera restrita que o idiotiza. A criatividade e capacidade do indivíduo são suprimidas e colocadas agora a serviço de um trabalho parcelar. O trabalhador passa a executar sempre o mesmo trabalho e é negada a ele qualquer formação que não seja o adestramento para a realização do trabalho.

É importante que se faça aqui a distinção entre divisão do trabalho na sociedade e divisão de trabalho na fábrica. Marx aponta que essa diferença é não só de grau, mas também de substância. A primeira pressupõe a dispersão dos meios de produção entre os produtores de mercadorias independentes entre si. Dessa forma, há a possibilidade de o trabalhador desempenhar livremente o seu papel na distribuição de mercadorias, assim como pode realizar todas as operações pertinentes à produção de um determinado objeto. Diferentemente, a divisão do trabalho na fábrica exige a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista que subordina os trabalhadores a determinadas funções. Nesse caso, o trabalhador é separado dos meios de produção e trabalha sob o comando do capital.

A divisão social do trabalho surge através da troca entre os diferentes ramos de produção, pois se trata de uma relação entre trabalhadores independentes que conseguem produzir uma mercadoria e não apenas parte dela. Nas palavras de Marx:

⁹⁶ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 380.

A divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos, o *bellum omnium contra omnes*, preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies.⁹⁷

Diferentemente, a divisão do trabalho na fábrica representa para o capital uma alternativa de maior produtividade, pois elimina a porosidade do tempo e traz maior destreza e mais agilidade para o operário. A intenção do produtor capitalista é não deixar lacuna entre uma operação e outra; não perder tempo com a mudança de tarefa. Dessa forma, quanto mais adestrado o trabalhador, mais rápido ele executa as tarefas. É a divisão do trabalho na fábrica que trará esse adestramento do trabalhador parcelar.

Em oposição ao elevado desenvolvimento do capital, a divisão do trabalho na fábrica resulta para o trabalhador em embrutecimento e limitação de suas capacidades que são conseqüências da realização de única função do processo produtivo. O homem terá aqui sua totalidade suprimida, pois as operações vão sendo cada vez mais subdivididas e isoladas. Será agora um trabalhador parcial, mutilado, a serviço de maior eficiência do processo produtivo capitalista. Sendo assim, a manufatura representa um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humanos.

O trabalhador perde na manufatura toda sua individualidade. Agora, trabalha para o capitalista e só sabe produzir na dependência dele, uma vez que ele perde gradativamente a capacidade de realizar a produção de um determinado objeto em toda a sua extensão. Como conseqüência, a manufatura deforma o homem. Suas capacidades intelectuais e espirituais são suprimidas em nome de uma maior destreza.

Em todo ofício que se apossa, a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação.⁹⁸

⁹⁷ Ibidem, p. 411.

⁹⁸ Ibidem, p.405.

Nos **Manuscritos de 1844**, Marx, em um sentido mais amplo, fala do reconhecimento do homem somente dentro do sistema capitalista de produção. O homem passa a ter sua existência dependente da relação que estabelece com o capital. Vejamos sua afirmação:

O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é como capital, assim que um *capital é para ele*. A existência (*Dasein*) do capital é *sua* existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele. A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras (Gestalten)* que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio.⁹⁹

Nesse sentido, Marx¹⁰⁰ assegura que o trabalhador perde duplamente: primeiro, na sua impossibilidade de formar-se em toda sua totalidade, omnilateralmente; segundo, nas suas condições materiais de existência, porquanto, se formando apenas para a realização de atividades simples e repetitivas, sua força de trabalho torna-se cada vez mais barata. Assim, “empurrado pela miséria, o operário aumenta mais os efeitos funestos da divisão do trabalho.”¹⁰¹

Para Marx, o parcelamento do trabalho nas fábricas surge efetivamente na separação entre pensamento e ação. O mando e a gerência se separam, fazendo parecer que a execução da atividade produtiva estranha a sua gestão. A partir desse momento, o manual e o intelectual passam a ser realizados por diferentes indivíduos. Assim como o gozo e o trabalho, produção e consumo poderão pertencer a indivíduos diferentes.

Se há dedicação exclusiva em determinados setores da atividade humana, o homem terá sua formação unilateral. Se em busca de maior lucratividade do capital, o trabalhador é obrigado a realizar única tarefa para tornar-se mais eficiente, este será apenas um apêndice da oficina capitalista. O trabalho será somente a repetição de atividades simples, mas será capaz de ocupar todo o espírito do operário.

⁹⁹ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 91.

¹⁰⁰ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit.

¹⁰¹ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Op. cit., p. 42.

A estreiteza e as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função única limitada transforma-o naturalmente em órgão infalível dessa função, compelindo-o à conexão com o mecanismo global a operar com a regularidade de uma peça de máquina.¹⁰²

Os meios de produção são constantemente transformados, assim como a divisão do trabalho e a utilização das máquinas cresce cada vez mais. Não há um momento de descanso. A corrida dos capitalistas para ganhar a concorrência, fazendo com que aumentem continuamente a divisão do trabalho e o uso da maquinaria, obriga o operário a realizar o trabalho que antes precisava de três ou quatro para fazê-lo. Conseqüentemente, aumenta a concorrência entre os operários que dessa forma trabalham cada vez mais e ganham cada vez menos. O trabalho, mesmo da forma como se apresenta na sociedade capitalista, passa a ser “desejado” como forma de não morrer.

O trabalho também é simplificado com o aumento dessa divisão. O trabalhador perde as habilidades de realização de seu trabalho em totalidade. Muitas vezes, não há necessidade de qualquer esforço físico ou intelectual. A realização do trabalho é passível a todos. Dessa forma, diminuem os custos da produção e o salário do trabalhador é reduzido.

O processo manufatureiro de produção transforma inteiramente a forma de trabalhar do indivíduo, o homem passa a ser simples fragmento de seu próprio corpo. Tal fato traz a dependência do trabalhador em relação ao capital, pois agora só trabalha se sua força estiver submetida à forma produtiva do trabalho coletivo. Resume-se, assim, em acessório da oficina capitalista.

Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo.¹⁰³

¹⁰² MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 404.

¹⁰³ Ibidem, p. 415.

Com o advento da maquinaria – meio de produção que o capitalista encontra para baratear cada vez mais a mercadoria – encurtou-se o tempo necessário para reproduzir a força de trabalho. A máquina emancipa de certa forma a produção capitalista das barreiras orgânicas do trabalhador. O homem passa a ser mera força motriz, ainda na fase da máquina-ferramenta, e mais tarde mero vigia da máquina.

Marx percebe que com o desenvolvimento da maquinaria desaparece o princípio subjetivo da divisão do trabalho. O desenvolvimento dessas forças produtivas leva a substituição das mãos humanas por máquinas e ferramentas que possuem maior poder de produção e ainda transforma o instrumento do artesão em um instrumento grandioso e muito mais produtivo que é colocado a serviço da produção capitalista. Marx assim constata:

O torno mecânico é a reedição ciclópica do torno de pedal; a máquina de plainar, um carpinteiro de ferro que trabalha no ferro com as mesmas ferramentas utilizadas pelo carpinteiro na madeira; o instrumento que nos estaleiros de Londres corta as chapas é uma navalha gigantesca; a tesoura mecânica, de dimensão monstruosa, corta o ferro como o alfaiate corta o pano; e o martelo-pilão a vapor se assemelha à cabeça de um martelo comum, mas é tão pesado que nem o deus Tor conseguiria brandi-lo.¹⁰⁴

Outro determinante do desenvolvimento da maquinaria para o trabalhador é que com o emprego das máquinas no processo produtivo, torna-se desnecessária a força muscular para a realização do trabalho na fábrica. Tal fato desemboca na possibilidade do capitalista utilizar a força de trabalho das mulheres e das crianças. Dessa forma, o número de assalariados aumenta, pois o capitalista consegue colocar todos os membros da família sob seu domínio direto na produção de capital. Isso acontece na razão direta em que o trabalho do homem adulto é desvalorizado, já que pode ser realizado por qualquer outra pessoa. A manufatura substitui os operários experientes por aqueles inexperientes. São mulheres e crianças que trabalham no lugar dos homens e pagos a preço mais baixos, aumentando o lucro do capitalista.

Assim, o valor da força de trabalho que era pago para um único membro da família é agora dividido por todos eles. Se antes o trabalhador era obrigado a vender

¹⁰⁴ Ibidem, p. 442.

sozinho sua força de trabalho, com a grande indústria vende igualmente a da sua mulher e de seus filhos. Somente dessa forma conseguem garantir os meios de subsistência necessários a sua reprodução. Dentro desse quadro, o capitalista ganha sobremaneira, pois passa a ter a seu serviço o emprego de três, quatro jornadas de trabalho quando paga o preço de uma. Conseqüentemente, o desenvolvimento da maquinaria traz um aumento da mais-valia já que a produção capitalista se estende sobre um número maior de trabalhadores assalariados.

Esse procedimento de contratar mulheres e crianças não é resultado somente do emprego da maquinaria. Desenvolve-se desde a manufatura que já empregava esses operários inexperientes para ter um custo mais baixo. Isso era possível porque para a realização do trabalho não era necessário ter formação, apenas adestramento para realização de um trabalho simples e repetitivo. Considerando essa dinâmica, Marx afirma: “Aos senhores capitalistas não lhes faltarão carne e sangue fresco para explorar, e deixarão que, os mortos enterrem seus mortos.”¹⁰⁵

Percebe-se que a intenção primeira da revolução do instrumental de trabalho é aumentar a produtividade do trabalho vivo de forma a diminuir o tempo de trabalho necessário à produção. Mesmo que possa parecer, o emprego da maquinaria não traz a redução da jornada de trabalho. Ao contrário, ela transforma-se em “meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além dos limites estabelecidos pela natureza humana.”¹⁰⁶

É através da utilização da maquinaria que o capitalista consegue absorver maior quantidade de trabalho e barateia a mão-de-obra. Para o trabalhador esse fato resulta em negação da sua formação e limitação de suas possibilidades:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve a máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independentes deles.¹⁰⁷

¹⁰⁵ MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Op. cit., p. 43.

¹⁰⁶ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, tomo I. Op. cit., p. 460.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 482.

O uso das máquinas traz ainda a sua capacidade de transformar parte da classe trabalhadora em supérflua ao processo de produção, uma vez que muitos operários são despedidos em função da utilização da máquina, transformando-se em força de trabalho disponível ao capital. São homens e mulheres que ficam ao bel prazer da força capitalista de produção como um exército de reserva que espera ansioso pela condição miserável de transformar-se em um trabalhador das fábricas capitalistas e aceitar vender-se a qualquer preço.

O fato é que há uma apropriação capitalista do sistema de produção baseado na maquinaria. A ciência se desenvolve e é colocada a serviço do capital.

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores.¹⁰⁸

Enfim, o que percebemos é que em toda a composição deste Capítulo II, constata-se a negação do homem pelo trabalho na forma de organização produtiva burguesa. Contraditoriamente ao processo de formação humana, percebemos uma castração do indivíduo em todo o processo produtivo que realiza.

A atualidade da temática, abordada por Marx nos anos de 1844-1867 – tempo das obras aqui focalizadas – nos salta aos olhos. A forma como os trabalhadores se entregam, e são obrigados a se entregar, a um trabalho parcelar, não pode ser desprezada. O que são os nossos trabalhadores senão produtores da riqueza do outro? Não temos indivíduos capazes de compreender o todo do processo produtivo. O trabalho se fragmenta não só dentro da empresa, mas também em toda a produção.

A formação, mesmo para o trabalho, é mínima. Na realidade, trata-se de adestramento para a produção. A nova indústria não terá dúvidas quanto à formação do indivíduo. É necessária a mínima formação para pagar o mínimo necessário a sua existência. Isso se transforma em lucro para o capital. A degradação do homem é necessária para o bom andamento do capital, para a sua conservação e reprodução. A formação integral do homem está suprimida.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 503.

A necessidade de um trabalho que possa ser tomado como atividade de formação humana parece ser para Marx suprida apenas com a superação da sociedade capitalista na conseqüente implantação de uma nova forma social, a sociedade comunista, já que, no capitalismo, abdicar da divisão do trabalho pode significar a perda das condições de existência do indivíduo.

Nesse sentido, finalizamos esse capítulo, ressaltando a necessidade de uma revolução das forças produtivas, capaz de garantir a recuperação da humanidade por meio do recobro do homem em sua totalidade, pelo qual este poderá se dedicar a diferentes atividades, sem ter que limitar seu tempo a um simples trabalho que garanta a sua sobrevivência. Como Marx escreveu em **A Ideologia Alemã**, que o homem tenha a possibilidade de “hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico.”¹⁰⁹

¹⁰⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Op. cit., p. 47.

4 CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO, ESCOLA E TRABALHO DOCENTE NA LÓGICA DO CAPITAL

Nos dois primeiros capítulos dessa dissertação assinalamos que o trabalho é atividade criadora do homem, mas numa sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, transforma-se em atividade de negação do homem. trata-se de compreender a categoria trabalho além das determinações que assume na sociedade capitalista e compreender o duplo caráter do trabalho no sentido de superar falsas perspectivas em torno dessa categoria que possam desacreditar no seu papel originário de formação do homem.

Se na introdução apontamos que partimos do pressuposto de que a atividade docente é trabalho, os capítulos anteriores são os fundamentos para uma análise mais específica no nosso objeto de investigação, o trabalho docente. Destacamos que esse capítulo final é resultante de uma leitura de como se consolidam as relações de trabalho do professor nessa sociedade tendo como fundamento o estudo marxista da categoria trabalho. com isso esperamos elaborar reflexões amplas em torno do trabalho docente sem nos limitarmos as peculiaridades evidenciadas no cotidiano.

Na procura de compreender a educação no atual contexto de nossa sociedade, nos aprofundando para uma observação mais significativa de como as relações capitalistas de produção perpassam o trabalho docente, fundamentamo-nos em dois principais autores: István Mészáros e Dermeval Saviani. Dessa forma, constituímos um primeiro momento de reflexões elaboradas com base em dois textos de Mészáros: **A Alienação e a Crise da Educação** e **A Educação Para Além do Capital**. Neles o autor traz uma abordagem ampla e abrangente da discussão acerca do papel da educação em uma sociedade de classes. Ao mesmo tempo em que resgata o sentido último da educação, destacando sua forma de inserção no sistema capitalista de produção, sem deixar de evidenciar o processo de crise da educação dentro da atual crise da sociedade capitalista.

Para um segundo momento, encontramos em Dermeval Saviani uma abordagem histórico-filosófica da educação que se constitui, de forma mais específica, em valiosas reflexões em torno da problemática da educação brasileira. Dentre os educadores brasileiros, a escolha decaiu por Saviani, uma vez que este representa um clássico do

pensamento educacional brasileiro, iluminando a teoria e prática dos novos educadores. Sua orientação teórica de base marxista, sobretudo gramsciana, nos assegura uma visão mais completa do contexto educacional, das correntes e tendências pedagógicas, apontando para uma perspectiva histórico-crítica. Das obras desse autor, optamos por trabalhar mais diretamente: **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações; Ensino Público e Algumas Falas sobre Universidade, Educação e Questões da Atualidade e História das Idéias Pedagógicas no Brasil.**

Ainda para esse segundo momento contamos com as contribuições de Gaudêncio Frigotto em sua obra: **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**, a qual nos indica importantes fatores da relação entre escola e desenvolvimento das forças produtivas, evidenciando a contradição presente na constituição do espaço escolar.

Também foi relevante para a análise da realidade que nos propomos investigar, a forma como as relações capitalistas perpassam o trabalho docente, as evidências trazidas pelos dados da **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**¹¹⁰ realizado pelo MEC através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); assim como as pesquisas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que se delineiam nos relatórios **Retratos da Escola I**, 1999; **Retratos da Escola II: como estão nossas escolas e nossas crianças**, 2001; e **Retratos da Escola III: relatório de pesquisa sobre a situação dos trabalhadores (as) da educação básica**, 2003. Dessa forma conseguimos traçar um perfil dos profissionais do magistério da educação básica no Brasil, assim como demonstrar alguns dados da situação de trabalho no Brasil.

4.1 A Educação na Sociedade do Capital ou Reflexões acerca de como as Relações Capitalistas Influenciam a Prática Educativa

Em sua obra: **Marx: a teoria da alienação**, István Mészáros nos coloca que a questão central de cada sociedade é realizar uma reprodução bem-sucedida daqueles

¹¹⁰ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**. Brasília, 2006.

indivíduos que não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Dessa forma, o processo educacional no capitalismo torna-se responsável por realizar um contínuo processo de produção e reprodução da estrutura de valores que seja capaz de induzir os indivíduos a assumirem as perspectivas da sociedade de forma inquestionável, assim como possibilitar a reprodução de habilidades necessárias à atividade produtiva. Isso significa para a sociedade capitalista produzir e reproduzir uma estrutura de valores que possibilite aos indivíduos adotar “as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como limites inquestionáveis de suas próprias aspirações.”¹¹¹

A necessidade de um processo educacional capaz de conservar, assim como reproduzir as estruturas do sistema capitalista, está relacionada à sua impossibilidade de perpetuar automaticamente as relações sociais de produção capitalista, sendo preciso, portanto, que haja pressão exterior para que o indivíduo interiorize os princípios da sociedade, tornando-se capaz de adotar por si só a reprodução do sistema. Trata-se para Mézáros, de uma grave e paralisante situação vivida numa sociedade em que se nega o mínimo necessário à satisfação das necessidades humanas para a maioria das pessoas. Essa situação é evidenciada pelo autor na seguinte citação:

Segundo as Nações Unidas, no seu relatório sobre o Desenvolvimento Humano, o 1% mais rico do mundo auferia tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumentou de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 milhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviços de saneamento, e uma em cada seis crianças em idade de freqüentar a escola primária não estavam na escola. Estima-se que cerca de 50% da força de trabalho não agrícola seja desempregada ou subempregada.¹¹²

Nesse contexto, a educação dos indivíduos na sociedade capitalista oscila de acordo com o grau de necessidade de formação que eles devam ter para serem capazes de servir ao sistema de produção dominante. Assim, é evidente que se conclua que quanto

¹¹¹ MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 260.

¹¹² MINQI, Li. After Neoliberalismo: empire, social democracy, or socialism? *Monthly Review*, p. 21, jan. 2004, p. 21. In: MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 73-74.

mais simplificada for a atividade produtiva, resultante, conseqüentemente do constante aperfeiçoamento da divisão do trabalho, mais limitada será a abrangência do processo educativo. Podemos, então, afirmar que é na medida em que surgem complicações no sistema econômico que se cria a necessidade de reajustar os mecanismos de interiorização como forma de produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, assim como a elaboração de novos quadros capazes de realizar um controle político.

Mészáros assevera que a educação está diante de uma crise facilmente perceptível que não está restrita às instituições educacionais, mas se estende sobre todo o sistema de *interiorização* capitalista e resulta de um quadro mais amplo de crise do sistema econômico que cria freqüentemente a necessidade de reajustar esses mecanismos de *interiorização*. Não se limita, portanto, à educação formal, mas está vinculada à estrutura educacional geral da sociedade. Conforme ressalta o autor: “a crise das instituições educacionais é uma crise da totalidade dos processos dos quais a educação formal é apenas uma parte.”¹¹³

Tonet¹¹⁴ esclarece que a crise que se configura no campo educacional se apresenta das mais variadas formas. Dentre elas, cita a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção; a constante busca de alternativas para a saída da crise, assim como a caracterização mercantil que é dada a educação apresentada de forma se instituir como novas áreas de investimento de capital, visível, sobretudo, na intensificação dos processos de privatização da educação.

Sobre as instituições formais de educação, Mészáros, em seu livro **A Educação para Além do Capital**, indica que são elas responsáveis por uma importante parte do sistema de *internalização*¹¹⁵ que conduz os indivíduos à conformidade dentro do sistema capitalista de produção. Através dessas instituições, a educação vem cumprindo o papel de fornecer tanto a mão-de-obra ao sistema capitalista como institui um quadro de valores legitimador da ordem. Não por acaso, o sistema educacional tem suas reformas pautadas nas determinações reprodutivas em mutação do sistema capitalista. A educação, conforme afirma o autor, passa a ser então um meio de *internalização* pelos indivíduos da

¹¹³ MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Op. cit., p. 272.

¹¹⁴ TONET, Ivo. A Educação numa Encruzilhada. In: MENEZES, Ana Dorta de (Org). **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

¹¹⁵ Os termos *interiorização* e *internalização* são utilizados por Mészáros em dois diferentes momentos de sua obra, mas possuem o mesmo significado. Se as deixamos aqui, foi somente como forma de ser fiel à produção do autor.

legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. O autor faz, então, a seguinte afirmação:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos – no seu todo – ao propósito de não só fortalecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.¹¹⁶

O mesmo autor assegura-nos que as instituições de educação tiveram que ser adaptadas de acordo com as determinações do capital. Cita, como exemplo, o abandono dos atos de violência e brutalidade utilizados como instrumento de educação no passado. Fato este que não ocorreu, conforme esclarece, por bondade ou piedade da classe burguesa, mas sim por um possível prejuízo ou falta de sentido na ação. Sabemos, pois, que quando o processo de internalização, ou, melhor dizendo, de convencimento acontece de forma satisfatória para o capital, não há necessidade da utilização da força física.

Acontece que a educação institucionalizada serviu ao propósito de fornecer conhecimento e pessoal à máquina produtiva, sem deixar de gerar os quadros de valores que legitimam os interesses dominantes. É claro, portanto, que existe uma conseqüente dependência do sistema educacional institucionalizado em relação às determinações sociais que são produtos de uma época específica.

Não é por acaso que, na sociedade capitalista, a educação aparece como um sistema de *internalização* da legitimidade do sistema de capital, mas que deve ser confrontado. Contudo, Mészáros faz as devidas observações e afirma que não se pode considerar a educação institucionalizada como responsável única por esse processo de *internalização* de valores consoantes com o capitalismo. No sentido de esclarecer-nos, evitando imprecisões, ele afirma:

As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os

¹¹⁶ MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. Op. cit., p. 35.

indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um certo número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas.¹¹⁷

Ainda de forma ainda mais contundente, o autor confirma a função que a educação vem exercendo no sistema capitalista:

Da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida.¹¹⁸

Mesmo com toda essa configuração da educação na sociedade capitalista que a torna um artifício da burguesia para perpetuar os princípios da sociedade mercantilizada, Mészáros não deixa de resgatar o sentido último da educação. Esse resgate é para ele uma forma de “perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompem a lógica mistificadora do capital.”¹¹⁹ Podemos perceber que somente dessa forma há possibilidade de concretizar-se uma ação contrária à concepção elitista de educação que a compreende de maneira limitada e a vê como forma de tornar legítimo e perpetuar os padrões civilizados e hierárquicos da sociedade do capital, através da conformidade e do consenso.

Citando Paracelso, Mészáros resgata o que acredita ser o sentido mais amplo e mais profundo da educação: a educação é a própria vida. Mészáros explica que se perdemos de vista essa concepção de educação, não teremos possibilidade de alcançar uma mudança verdadeiramente radical. Ver a educação como uma atividade da vida é um ponto estratégico de luta. Assim, devemos entender que:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos

¹¹⁷ Ibidem, p. 44.

¹¹⁸ Ibidem, p. 55.

¹¹⁹ Ibidem, p. 48.

chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.¹²⁰

Entretanto, não é possível que essa educação compreendida em sentido amplo se realize em uma sociedade desumanizada que nega todo tipo de conhecimento ao homem. É por tal razão que István Mészáros nos chama a lutar por uma educação plena para toda a vida. É preciso que haja uma *contra-internalização* que seja capaz de libertar a educação da incorrigível lógica do capital que defende seus interesses.

Essa *contra-internalização* é necessária, uma vez que a educação está submetida a severas restrições. Por tal razão, “os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição e conformidade, e em vez disso move-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes.”¹²¹

Contudo, para que essa *contra-internalização* aconteça, é preciso que haja uma antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente radicalmente diferente e que negue a estratégia reformista, estabelecendo uma relação intrínseca entre universalização da educação e universalização do trabalho.

4.2 Trabalho, Educação e Escola na Sociedade Brasileira

O processo de produção da vida humana implica a existência material do homem, sendo esta resultante não só da natureza que oferece os meios necessários à produção de valores de uso, mas também do trabalho – atividade transformadora da matéria-prima, de forma a torná-la útil. Nesse processo de transformação da natureza, a garantia da existência material é consequência de dois determinantes: do processo de trabalho em si mesmo e do conhecimento de mundo, sua valorização e simbolização, pois é necessário que haja conhecimento das propriedades de mundo para transformar o objeto de acordo com suas potencialidades. Isso porque para realizar a atividade produtiva que garanta a existência humana, é necessário relacionar-se com a causalidade dada pela natureza de maneira a transformá-la conforme o objetivo que o homem se coloca. É

¹²⁰ Ibidem, p. 65.

¹²¹ Ibidem, p. 58-59.

somente nesse processo de agir sobre a natureza que o homem aprende a relacionar-se com ela. Trata-se, portanto, conforme vimos no Capítulo I desse estudo, de produzir materialmente os meios que irão garantir a existência do homem, os quais ele antecipa através da representação mental, que envolve o conhecimento das potencialidades do mundo.

É nesse processo de produção da existência humana, inicialmente através da representação mental, tornando evidente a necessidade do conhecimento das diferentes propriedades da natureza e dos seus meios de transformação, que se situa a educação, como um processo de apropriação de novas formas. Dito isto, podemos afirmar que o homem não se faz naturalmente, sua humanidade exige a assimilação do conhecimento historicamente produzido através de um processo educativo capaz de reproduzi-lo.

Podemos afirmar, portanto, que a educação, assim como o trabalho, é uma atividade própria do homem, sendo uma exigência do e para o trabalho e, conforme afirma Saviani, é ela própria um processo de trabalho. Dentro dessa reflexão, o autor coloca aquele que acreditamos ser um dos mais completos conceitos de educação:

O trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.¹²²

Conforme podemos constatar na definição acima de educação, Saviani considera a educação como trabalho, e partindo de Marx confere a ela o caráter de trabalho não material. A distinção entre trabalho material e não material é feita tendo como ponto de partida a finalidade, ou seja, o resultado do processo realizado. Dessa forma, a educação diferencia-se da produção material por dirigir-se a resultados que não são materiais. Nesse sentido, Saviani deixa claro que o caráter não material da educação não pode ser confundido com a materialidade que condiciona seu desenvolvimento. Por tal razão, ressalta a necessidade que as questões materiais do trabalho nas escolas sejam enfrentadas no sentido de significar o trabalho educativo. Nas suas palavras:

¹²² SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1997, p. 17.

Nós sabemos que a ação que é desenvolvida pela educação é uma ação que tem visibilidade, é uma ação que só se exerce a partir de um suporte material e, portanto, ela se realiza no contexto de materialidade [...]. A ação educativa, portanto, se desenvolve a partir de condições materiais e em condições materiais. Essas condições materiais configuram a prática, o âmbito da prática.¹²³

Ao abordar a compreensão do significado do trabalho em educação, Saviani opta, como já afirmamos anteriormente, pelos conceitos de trabalho material e não material retirados do **Capítulo VI Inédito de O Capital**, pois acredita que tal escolha parece mais coerente do que buscar o entendimento da natureza da educação pela diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo. As definições escolhidas pelo autor parecem para ele mais completas, uma vez que considera tanto o trabalho em educação que gera mais-valia como o que não a gera¹²⁴. Trata-se, pois, de ampliar a forma de ver o processo educativo uma vez que as determinações trabalho produtivo e improdutivo limitam-se ao modo de produção capitalista, tendo como referência a produção ou não de capital. Ao contrário, se fazemos como Saviani e optamos em considerar os conceitos de trabalho material e não material, teremos um entendimento a partir da natureza do processo, podendo estar ou não contido o processo de produção de mais-valia, pois a produção não material não está diretamente vinculada ao modo capitalista de produção.¹²⁵

¹²³ SAVIANI, Dermeval. Desafios Atuais da Pedagogia Histórico-Crítica. In: Vários autores. **Demerval Saviani e a Educação Brasileira**: o simpósio de Marília. São Paulo: Cortez, 1994, p. 244-245.

¹²⁴ SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez Editora, 1991, p. 79.

¹²⁵ Para um melhor entendimento do leitor, vamos destacar aqui o trecho do **Capítulo VI Inédito de O Capital** citado por Saviani (1991, p. 80-81) que, embora longo, esclarece o ponto de partida da interpretação de educação do autor como trabalho não material, uma vez que essa passagem é menos comumente estudada. Vejamos a citação: “No caso da produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades: a) o resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não se contratam oficiais etc., na qualidade de escultores etc., comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o modo de produção apenas formalmente capitalista. Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema. b) O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa não se dá senão em algumas esferas. (Necessito de um médico, não de seu moleque de recados) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista.”

A definição da educação como trabalho não material feita por Saviani, adotada por nós, conforme podemos ver na introdução dessa dissertação, não é consenso. Vários autores têm desprendido críticas ao autor nesse sentido. Dentre eles, citamos Ivo Tonet, e mesmo que de forma superficial, vamos tentar evidenciar as principais idéias que fundamentam a discussão. Ressaltamos aqui que a dificuldade em aprofundar a discussão acerca da crítica de Tonet a respeito da natureza da educação proposta por Saviani, se dá na medida em que ele não faz referência ao **Capítulo VI Inédito de O Capital**, de Marx. Fato este que nos deixa sem elementos para saber se o autor contesta a interpretação feita por Saviani dos referidos conceitos de trabalho material e não material e a classificação da educação a partir deles, ou se ignora tais conceitos, considerando-os secundário. Da mesma forma, faltam elementos em Tonet que nos deixem claro o seu embate teórico com Saviani, uma vez que percebemos muitos aspectos de concordância entre os dois autores.

No seu livro **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**¹²⁶, Tonet faz uma breve análise da origem e da natureza da educação e nela considera que a atividade educativa é responsável pela apropriação dos conhecimentos e habilidades que são condição de efetivação do trabalho. Assim como Saviani, vê no processo educativo um meio pelo qual o homem apropria-se dos elementos produzidos historicamente pela humanidade. Tonet chega mesmo a afirmar que a definição de educação proposta por Saviani, anteriormente citada, “tem o mérito de fixar com precisão a mediação que a educação representa na construção do indivíduo como ser social.”¹²⁷

Ao que parece, a discordância entre Saviani e Tonet se dá no exato momento em que o primeiro considera a educação também como um processo de trabalho, enquanto o segundo vê a educação somente como parte integrante da categoria trabalho. Isso porque Tonet considera, a nosso ver de forma restrita, que o trabalho é um ato de transformação da natureza, ou seja, momento de mediação entre homem e natureza, enquanto a educação é, para ele, mediação entre indivíduo e sociedade. Vejamos sua afirmação:

Para nós, como já evidenciamos, o trabalho é um ato de transformação da natureza. Nesse caso, portanto, a ação do sujeito se exerce sobre uma “matéria-prima” cuja natureza é completamente diferente da “matéria-prima” do ato educativo. A primeira é desprovida de subjetividade, enquanto a segunda tem na subjetividade um dos seus momentos

¹²⁶ TONET, Ivo. **Educação Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

¹²⁷ Ibidem, p. 215.

fundamentais. A ação educativa se exerce sobre indivíduos conscientes e livres (quer dizer, portadores de consciência e liberdade) e não sobre uma “matéria-prima” inerte e passiva, regida pela lei da causalidade.¹²⁸

Para Saviani¹²⁹, a questão da definição da natureza do trabalho educativo como trabalho não material, ao invés de adotar as categorias trabalho produtivo e improdutivo é uma questão não só da imprecisão teórica, mas é igualmente uma questão política. O autor afirma que se optarmos pelas definições “produtivo” e “improdutivo” para caracterizar o trabalho docente acabamos por separar de um lado professores da escola pública e de outro professores da rede privada de ensino como duas categorias diferentes – o que colocaria em risco as lutas da categoria profissional. No entanto, se nos propusermos a compreender a natureza da educação a partir do trabalho não material, unificamos a luta dos professores que serão capazes de reivindicar condições de trabalho em toda e qualquer instituição de ensino, seja pública ou privada.

Extraíndo as peculiaridades da polêmica em torno da natureza da educação, continuemos a discussão em torno da educação no contexto das relações capitalistas de produção.

Conforme podemos notar, a relação entre trabalho e educação está intimamente vinculada à concreticidade das relações materiais de existência do homem. De acordo com o grau de desenvolvimento dos processos produtivos, se dá uma determinada forma de educação. Vejamos que na comunidade primitiva não havia a explícita diferença entre trabalho e educação, pois ambos pareciam formar um processo único de transformação da natureza, na qual o homem se educava ao mesmo tempo em que produzia os meios para garantir sua materialidade. O ato de assimilação do ser homem coincidia com o próprio ato de viver. Entende-se, portanto, que a origem da educação se confunde com a origem do próprio homem.

A educação como parte indivisível do trabalho em que o processo educativo se dava no e para o trabalho como forma de criar a própria existência do homem é, contudo, modificada com a apropriação privada da terra, pois surge uma classe que não precisa trabalhar para viver, uma classe ociosa. É essa classe ociosa que passa a freqüentar a

¹²⁸ Ibidem, p. 217-218.

¹²⁹ SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. Op. cit.

escola¹³⁰ e dedicar-se a determinadas tarefas restrita àqueles que não tinham a ocupação de produzir sua própria existência. Saviani nos esclarece que essa forma de educação que passa a ser representada pela escola, ou seja, a educação escolar era uma forma subordinada e periférica, pois se constituía uma atividade destinada somente à classe proprietária, enquanto a educação que era oferecida a maioria da população continuava sendo aquela que se confundia com o próprio trabalho, com o próprio ato do viver.

A educação fica, assim, explicitamente dividida em duas direções: de um lado aquela efetivada no ato produtivo, e de outro aquela criada no âmbito do ócio. Essa forma dual de educação perdura por toda a Idade Média e somente na Modernidade a forma escolar passa à condição de educação dominante. Tal fato se dá em consequência do advento da sociedade burguesa, baseada no direito positivo e contratual. É a partir de então que será necessária uma generalização dos elementos condizentes com essa nova forma de sociedade e a escola passa a ganhar força. De tal modo que:

a função educativa passa a ser desenvolvida, fundamentalmente, pela escola. Portanto, não é por acaso que é exatamente a sociedade burguesa que vai levantar a bandeira da escola pública, universal, gratuita, obrigatória e leiga, isto é, todos terão que passar pela escola. Os requisitos da vida da sociedade moderna, que precisam ser apropriados por todos, provocam o surgimento da escola como instituição que deve garantir o acesso a estes requisitos.¹³¹

A escola passa a ser desse modo quase sinônimo de educação, pois fica sendo forma generalizada. Contudo, vejamos que ao mesmo tempo em que se propõe a universalização da educação escolar como condição mesmo do desenvolvimento da sociedade, a instituição escolar é esvaziada e desvalorizada. Saviani nos remete a essa situação destacando que:

Com efeito, os currículos escolares são influenciados por modismos passageiros e sobrecarregam com demandas superficiais decorrentes das

¹³⁰ A palavra escola tem sua origem no grego e significa lugar de ócio. Com o advento da sociedade de classes foi esta a instituição responsável pela educação daqueles que usufruíam do ócio. É no surgimento da escola que a educação passa a ser diferenciada, pois de acordo com a classe se daria um determinado tipo de processo educativo. Se a classe burguesa passa a ter sua educação escolar, aqueles que viviam do trabalho continuavam a educar-se no próprio trabalho, aprendiam no processo de transformação da realidade. Cf. SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Op. cit.

¹³¹ SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. Op. cit., p. 30.

aparências que marcam a vida cotidiana. Com isso deixam de contemplar o papel essencial da escola que é garantir a todos o acesso aos requisitos fundamentais necessários à participação ativa na vida da sociedade contemporânea¹³².

Saviani nos esclarece, ainda, que a sociedade contratual – baseada nas relações formais – exige a generalização da escola porque se torna necessário ao seu funcionamento a disseminação de códigos formais como ler, escrever e contar. Por tal razão, a sociedade moderna e burguesa defende a escolarização universal, gratuita obrigatória e leiga. Não por acaso, a história da escola inicia-se com a segregação dos homens em classes, divisão esta que tem seu ponto máximo na constituição da sociedade capitalista.

Corroborando com essa idéia, Frigotto destaca com precisão o imperativo do sistema escolar para a sociabilidade do capital. O autor afirma que:

Uma escolaridade elementar que permita um nível mínimo de cálculo, leitura e escrita, e o desenvolvimento de determinados traços sócio-culturais, políticos e ideológicos tornam-se necessários para a funcionalidade das empresas produtivas e organizações em geral, como também para a instauração de uma mentalidade consumista.¹³³

Vê-se, por conseguinte, que a preocupação da burguesia com a universalização do ensino está intimamente ligada ao fato de que os homens devem estar aptos para viver em sociedade e inserir-se no processo produtivo, portanto mais adequados à sociabilidade capitalista. É esse processo de universalização que possibilita a convivência dos indivíduos com os códigos formais capacitando-os para o processo produtivo. Conforme explica Saviani: “Há um conjunto de conhecimentos básicos que envolvem o domínio dos códigos escritos, que se tornam importantes para todos.”¹³⁴

Contraditoriamente, o processo de universalização da educação se dá ao mesmo tempo em que se concretiza uma tendência de tirar da escola a importância de sua função específica: a socialização do saber elaborado. É nesse sentido que se impõe um

¹³² SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. Op. cit., p. 36.

¹³³ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2001, p. 162.

¹³⁴ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Op. cit., p. 112.

padrão mínimo de qualificação para o trabalho que estaria contemplado na escola básica. O necessário é ter condições de poder operar as máquinas.

Quer dizer, os trabalhadores têm que ter instrução, mas apenas aquele mínimo necessário para participarem dessa sociedade, isto é, da sociedade moderna baseada na indústria e na cidade, a fim de se inserirem no processo de produção, concorrendo para o desenvolvimento¹³⁵.

Frigotto considera que o papel da escola como responsável pela qualificação da mão-de-obra para o trabalho produtivo imediato é praticamente nula e afirma que mesmo as instituições de formação mais específicas como o Serviço Nacional da Indústria – SENAI e o Serviço Nacional do Comércio – SENAC ocupam uma função cada vez menor nesse processo à medida que a produção capitalista se desenvolve, promovendo uma desqualificação do trabalhador, advinda da simplificação do trabalho, proporcionando às empresas a possibilidade de qualificação sob sua responsabilidade, barateando assim a força de trabalho. Nesse sentido, o autor afirma que:

O específico da escola não é a preparação profissional imediata. Sua especificidade situa-se ao nível da produção de um conhecimento geral articulado ao treinamento específico efetivado na fábrica ou em outros setores do sistema produtivo.¹³⁶

Ao mesmo tempo, o autor percebe que há uma necessidade da prática escolar de forma mediata para o processo produtivo uma vez que é constatado um aumento das funções de controle, supervisão, administração e planejamento. São dessas funções que, embora não estejam ligadas imediatamente à produção, fazem parte de um *corpo coletivo de trabalho* do qual a escola passa a se ocupar. Vejamos que:

Se fica claro, então, que a escola enquanto instituição produtora ou simplesmente sistematizadora e divulgadora do saber – e de um saber que no interior da sociedade capitalista é força produtiva comandada pelos interesses do capital, ainda que não exclusivamente – tem uma

¹³⁵ Ibidem, p. 116.

¹³⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. Op. cit., p. 146.

contribuição nula ou marginal na qualificação para o trabalho produtivo material e imediato, tendo em vista a desqualificação crescente desse tipo de trabalho, o mesmo não ocorre em termos de fornecimento de um certo nível de conhecimento objetivo e elementar para a grande massa de trabalhadores, e/ou de um saber mais elaborado para minorias que atuam em ocupações a nível de gerência e planejamento, supervisão, controle, e mesmo para determinadas funções técnicas das empresas capitalistas de capital privado ou “público-privado”.¹³⁷

Outro aspecto da relação trabalho-educação desenvolvida no capitalismo e apontada por Frigotto¹³⁸ é a contemporização do indivíduo na entrada no mercado de trabalho. Tal fato é traduzido no prolongamento “forçado” da sua permanência nas instituições de ensino. Não se trata, para o autor, de um mecanismo de acesso ao emprego ou de cargos mais rentáveis, nem de uma armadilha do sistema, mas de inserção do investimento na educação no circuito do capital em geral na tentativa de sustentação de seus interesses, assim como pode se constituir em gastos para salvaguardar o funcionamento do modo capitalista de produção. O autor conclui, então, que a escola passa a cumprir um papel de prolongamento de uma escolaridade desqualificada, controlando a oferta e a demanda de emprego, representando uma resposta à pressão da classe trabalhadora por mais escolaridade, sem elevar a educação a patamares além do que é conveniente à burguesia.

Muito embora favoreça em alguma medida aos interesses do capital, o prolongamento da escolaridade assim como o alongamento do acesso à escola são resultados de luta da classe trabalhadora desejosa de lutar pelo saber. Fato esse que faz da escola um lugar de luta onde se configura de um lado a classe burguesa que quer manter uma escola que lhe convém, e de outro lado a classe trabalhadora interessada em articular o saber a seus interesses. Conclui-se, então, que a escola é um espaço de contradição.

A classe trabalhadora deve ter acesso somente ao mínimo de educação necessária ao processo produtivo, pois somente dessa forma a educação terá um aspecto positivo à manutenção da ordem capitalista. Esse fato justifica-se pela reflexão feita por Saviani de que o saber é força produtiva, uma vez que a sociedade converte ciência em potência material. Portanto, sendo o saber força produtiva deve ser propriedade privada da classe dominante. É nesse conflito entre a generalização da educação e a negação do saber

¹³⁷ Ibidem, p. 153.

¹³⁸ Ibidem.

que o autor em questão nos coloca mais uma vez a contradição da educação. De acordo com Saviani:

O trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “em doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção. É difícil fixar limite, daí porque a escola entra nesse processo contraditório: ela é reivindicada pelas massas trabalhadoras, mas as camadas dominantes relutam em expandi-las.¹³⁹

Podemos constatar, portanto, que com o advento da sociedade de classes, o acesso à educação que garante a direção do processo produtivo está restrito às classes dominantes, enquanto aqueles que vivem do trabalho têm uma educação limitada à atividade que deve realizar. Tal fato se dá à medida que a desqualificação da escola limita-se àquela freqüentada pela classe trabalhadora – fato que anula os esforços realizados no sentido de uma universalização da educação, assim como aqueles em nome do aumento do tempo de permanência dos alunos na escola. Concretiza-se, assim, uma negação do saber através da negação de condições objetivas e materiais que possibilite um bom funcionamento da escola.

É através do processo de negação do saber que a classe trabalhadora é marginalizada da sociedade, tornando possível uma divisão social do trabalho de acordo com as leis da sociedade regida pelo modo de produção capitalista, assim como proporciona a manutenção da sociedade de classes. Conforme declara Saviani:

Se a escola não permite o acesso a esses instrumentos, os trabalhadores ficam bloqueados e impedidos de ascenderem ao nível da elaboração do saber, embora continuem, pela sua atividade prática real, a contribuir para a produção do saber. O saber sistematizado continua a ser propriedade privada a serviço do grupo dominante.¹⁴⁰

¹³⁹ SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (Org). **Novas tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

¹⁴⁰ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Op. cit., p. 91.

Constatamos assim, que, na medida em que o saber é elaborado, é igualmente apropriado por um determinado grupo da sociedade, a classe dominante, que o coloca a seu serviço na mesma proporção em que o nega à classe trabalhadora. O fato é que o processo de apropriação do saber por uma classe é na mesma medida a expropriação do saber de outra classe. O caso mais exemplar desse processo de sistematização e apropriação está no chamado *estudo do tempo e movimento*, de Taylor. Este parte da forma como os trabalhadores produziam, do conhecimento deles acerca dos instrumentos de trabalho, dos seus movimentos e elabora sistematicamente o modo de produção taylorista. Aos trabalhadores só restará um conhecimento parcelado do processo produtivo, pois o taylorismo chega a altos graus de divisão do trabalho em que as tarefas são realizadas de forma automática, sem que haja a necessidade da compreensão do processo produtivo. Tornam-se indispensáveis somente as poucas ferramentas do conhecimento como ler, escrever e contar, pois o adestramento para a profissão pode ser realizado na própria fábrica¹⁴¹.

É dessa forma que se expropria o saber do trabalhador, afastando-o do entendimento de todo o processo de produção, pois o conhecimento será limitado agora somente àquele que domina a empresa capitalista, somente ele conhecerá o conjunto da produção. Frigotto¹⁴² chega mesmo a afirmar que da mesma forma que há um esfacelamento do processo produtivo, há uma desqualificação da educação escolar que também é cindido e tem seu conteúdo deteriorado.

Dermeval Saviani deixa claro que o papel da escola não deve estar preso à simples identificação do homem com o mundo e com seus objetos, mas, acima de tudo, é necessário que o homem vislumbre a realidade concreta em suas múltiplas determinações. Sugere, então, uma escola capaz de ser um instrumento de desenvolvimento da cultura, possibilitando ao homem participar de sua época de forma efetiva. Se entendermos dessa forma, veremos que é a exigência da apropriação do conhecimento sistematizado, da ciência, por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola como uma instituição cuja função consiste na socialização do saber sistematizado e elaborado: a ciência. A escola se constitui, dentro de um longo período histórico, em forma principal e dominante da educação – o que coincide com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

¹⁴¹ Cf. SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente as Novas Tecnologias. Op. cit.

¹⁴² FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. Op. cit.

Ao tomar a educação escolar, vemos que todo o seu processo de desenvolvimento está intimamente ligado às necessidades potencializadas pelas forças produtivas. No caso específico do Brasil, percebemos de forma contundente esse fato quando a época do aprofundamento das relações capitalistas no final da década de 1960. Época essa em que se colocava em pauta o processo de industrialização do país na tentativa de desenvolvimento econômico através do processo de substituição das importações, trazendo explicitamente a necessidade de ampliação da escola. Isso porque nesse contexto de desenvolvimento econômico, a educação no Brasil mostra-se insuficiente em decorrência da demanda de uma maior eficiência na preparação da mão-de-obra que era resultado do avanço das indústrias nacionais, seguida da vinda para o Brasil de indústrias estrangeiras. O sistema de ensino de então estava diante do feroz desejo de desenvolvimento econômico. Saviani afirma que:

Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento à população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido [...]. Difundiam-se, então, idéias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle de comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”.¹⁴³

É nesse período que compreende o final da década de 1960 e início da década de 1970 quando a educação é marcada por um processo de reorganização de sua estrutura, que pode ser traduzido em decretos e leis. Na política educacional oficial de então, vemos a eminência de uma pedagogia tecnicista baseada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Dentre as leis e decretos que foram sancionados com o objetivo de favorecer o desenvolvimento econômico do país, podemos citar: a lei nº 5.540/68 que instituía a reforma universitária e vinculava o ensino superior ao mecanismo de mercado e ao projeto de modernização do país, e dentre outras coisas instituía a matrícula por disciplina; o parecer CEF nº 252 que introduzia habilitações técnicas no curso de pedagogia; a lei nº 5.692/71 que estabeleceu as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º

¹⁴³ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 365-367.

Graus, estendendo a formação tecnicista a todas as escolas do país ao pretender implantar compulsoriamente a profissionalização no ensino médio.

Em sua obra **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**¹⁴⁴, Saviani avança na discussão e atualiza a problemática, constatando que a educação escolar, com o advento do modelo toyotista, assume o papel de formar trabalhadores através de um processo polivalente que possibilite uma maior flexibilidade da mão-de-obra. A escola revela-se, pois, mais uma vez, como instituição contribuinte para o processo econômico-produtivo. Isso porque o toyotismo baseia-se na tecnologia leve e na microeletrônica flexível, requerendo “trabalhadores que, em lugar da estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e levando constantemente a produtividade.”¹⁴⁵

O autor deixa claro que, embora na sociedade capitalista a relação entre educação escolar e formação da mão-de-obra seja intrínseca, ela se comporta de diferentes formas de acordo com o desenvolvimento do processo produtivo. Observemos que antes da reestruturação do processo produtivo que levou à substituição do fordismo pelo toyotismo, a educação escolar foi responsável por formar pessoas para um mercado em expansão. Percebemos que naquele período “à escola cabia formar mão-de-obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado, tendo em vista assegurar a competitividade das empresas e o incremento da riqueza social e da renda individual.”¹⁴⁶

Diferentemente, após a década de 1970, a escola passa a ser um meio pelo qual o indivíduo angaria o *status* da empregabilidade, a capacidade de competir ou não pelos empregos disponíveis. Se temos em dois períodos próximos distintos objetivos para a educação, tal fato se deve ao contexto econômico presente nos dois momentos. Enquanto no primeiro a formação de operários era realizada de forma a contribuir com o desenvolvimento econômico do país, no período pós-década de 1970, forma-se para o *status* da empregabilidade, ou seja,

não se trata mais de iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando assegurar, nas escolas, a preparação da mão-de-obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 427.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 427.

pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *status* da empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis.¹⁴⁷

Lucília Machado elucida essa questão ao afirmar que o processo de industrialização representou a incorporação de grandes massas de trabalhadores, ao contrário das atuais transformações tecnológicas em que se verifica uma redução da mão-de-obra, uma vez que o processo de produção passa a pautar-se na economia do tempo de trabalho humano necessário, dependendo menos da intervenção viva do homem. A autora destaca ainda que diante da implantação dessa sociedade tecnizada, esvazia-se mais uma vez a capacidade de reflexão dos trabalhadores, pois seu trabalho encontra-se reduzido ao abastecimento das máquinas e à observação de seu funcionamento. Em consequência desse formato de trabalho, temos a exigência de capacidades humanas elementares como: adaptação às novas situações, compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, trato e interpretação de informações, atenção e responsabilidade, além da escolaridade básica.¹⁴⁸

Por tal razão, no atual estado das relações de produção em que há uma constante dispensa da mão-de-obra e o avanço do estabelecimento do trabalho morto sobre o trabalho vivo, Saviani¹⁴⁹ afirma que se configurar nos dias atuais uma “pedagogia da exclusão”, caracterizada por uma sucessiva realização de cursos pelos indivíduos na tentativa de se tornarem mais empregáveis e assim sair da condição de excluídos. A responsabilidade pelo emprego passa a ser agora individual, pois se “ele não atingir a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão.”¹⁵⁰

Por fim, destacamos que ainda acerca das discussões em torno da educação e sua relação com o modo de produção, Saviani chama atenção que, na atualidade, está sendo evidenciado no campo educacional o lema do “aprender a aprender”. Este lema,

¹⁴⁷ Ibidem, p. 428.

¹⁴⁸ MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. In: _____; FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* **Trabalho e Educação**. Campinas-SP: Papirus/CEDES/ANDES/ANPED, 1992. (Coletânea CBE).

¹⁴⁹ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Op. cit.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 429.

diferentemente de sua origem no escolanovismo em que se pautava no otimismo da economia da época em que existiam possibilidades do pleno emprego, se re-significa e tem agora o sentido de uma constante capacitação, tendo como finalidade ampliar a esfera individual da empregabilidade, constituindo-se assim em elemento da pedagogia da exclusão.

4.3 O Trabalho Docente no Contexto das Relações Capitalistas de Produção

Pautados no estudo acima esboçado acerca da educação e seus desdobramentos na sociedade capitalista que impõe transformações de acordo com suas mutações que a partir desse momento, tentaremos traçar um quadro da atual situação dos professores da educação básica, indicando não só suas relações de trabalho, mas igualmente suas condições socioeconômicas. Para isso, consideramos como importante instrumento de pesquisa a **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**¹⁵¹ e as pesquisas da CNTE, já citadas neste capítulo.

Diante do quadro educacional delineado até aqui, é possível compreendermos a situação da escola pública destinada à classe trabalhadora é constituída a partir de uma negação das condições objetivas de funcionamento como forma mesmo de negação do saber. Fato esse facilmente perceptível quando observamos que as escolas públicas têm seus aspectos físicos e materiais, assim como as condições de trabalho docente amplamente precarizadas, não dispendo, ou dispendo de forma insuficiente, de recursos didáticos e pedagógicos. Não é difícil, pois, detectar as condições precárias que têm enfrentado os docentes no exercício de sua profissão, já que remetidos a uma lógica desumanizante, esses profissionais vêm ao longo das últimas décadas a gradativa queda de um *status* social privilegiado que gozavam. A perda do prestígio é resultante não só da constante defasagem salarial, mas também em decorrência da precarização do processo de formação docente.

O censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP aponta os problemas graves que os professores enfrentam em seu

¹⁵¹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003**. Op. cit.

cotidiano nas escolas públicas, dentre eles estão, por ordem de importância: insuficiência de recursos materiais e financeiros, falta de recursos pedagógicos, carência de pessoal de apoio, muita falta por parte dos alunos, roubos e furtos por pessoas de fora, falta de professores para algumas disciplinas, agressão física entre os alunos e interrupção das atividades escolares. Todos esses problemas são resultantes de uma lógica de produção que não garante o acesso ao saber sistematizado como também a condições de vida minimamente dignas para a população.

Ainda a respeito das condições de trabalho dos professores, a pesquisa **Retratos da Escola I**¹⁵² revela que a infra-estrutura das escolas nas quais estão inseridos professores e alunos se compõe em um quadro de precariedade e ausência de equipamentos (computadores, TV, antena, *freezer*, geladeira, fogão, fotocopiadora, dentre outros); de sério comprometimento da infra-estrutura física da escola (telhado, pintura, piso, redes hidráulica e elétrica, drenagem, sanitários, bebedouros); falta de material didático-pedagógico; falta de carteiras para os alunos; falta de documentação escolar (diário de classe, pastas de alunos, fichas de transferências, dentre outros).

Esse censo revela, ainda, que muitos recursos não são utilizados pelos professores por falta de acesso, na escola, dos mesmos, havendo por partes o desejo e a necessidade de uma maior variedade de recursos que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Dentre esses recursos, por ordem dos mais citados, estão: laboratório de ciências/ física/ química/ biologia; laboratório de informática; internet; instrumentos musicais; quadro magnético/quadro branco; computador; retroprojeter; brinquedos; materiais de artes e biblioteca.

Destacamos, ainda, que até esse quadro de precariedade do trabalho docente não se limita aqueles da educação básica, mas se estende por todos os níveis de ensino. A educação superior também está marcada por um processo de degradação do exercício da docência. Chamamos atenção para o fato de que, considerando uma média nacional, 64,5% dos professores do ensino superior são contratados como horistas e em tempo

¹⁵² CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola I**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 11 de março de 2008.

parcial e somente 16,9% deles tem dedicação exclusiva. Fatos estes que comprometem não só as atividades de ensino como também aquelas destinadas a pesquisa e a extensão¹⁵³.

É nesse quadro social que não é capaz de garantir as condições adequadas para que o professor seja capaz de atingir as metas propostas de até mesmo pelas políticas educacionais oficiais que se delineia uma situação inadmissível descrita tão claramente por Noronha, citado por Gasparine *et al*¹⁵⁴, quando analisa as condições de trabalho do professor.

Sob essas condições, o único elemento de ajuste é o trabalhador, que, com seus investimentos pessoais, procura auxiliar o aluno carente comprando material escolar e restringindo seu tempo supostamente livre para criar estratégias pedagógicas que compensem a ausência de laboratórios, de salas de informática e de bibliotecas minimamente estruturadas.

É nesse quadro evidenciador dos graves problemas enfrentados pelos professores de escolas públicas que se delineia uma outra situação: o fato dos professores assumirem variadas funções no âmbito escolar em nome do êxito do desempenho dos alunos visto que são eles os principais alvos da responsabilidade pelo bom encaminhamento do ensino-aprendizagem. Oliveira chama atenção para esse fato, ao afirmar o seguinte:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigência que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda da identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante.¹⁵⁵

¹⁵³ Cf. GIOLO, Jaime. Os Docentes da Educação Superior Brasileira. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

¹⁵⁴ GASPARINI, Sandra Maria *et al*. O Professor, as Condições de Trabalho e os Efeitos sobre a Saúde. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, mai./ago. 2005, p. 191.

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004, p. 1132.

Corroborando com a observação de Oliveira, Gasparini *et al*¹⁵⁶ chamam atenção para o fato de que na atualidade o papel do professor vai além da mediação do processo de conhecimento do aluno. Seu exercício profissional extrapola a sala de aula com a finalidade de atingir a políticas educacionais que almejam garantir uma articulação da escola com a comunidade, e dessa forma o professor deve não só dar aulas, mas também participar da gestão – o que exige uma dedicação maior de sua parte, do que as horas já destinadas ao ensino.

Os professores passam a ser obrigados a desempenhar um conjunto de funções que ultrapassam a tarefa de ministrar aulas. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁵⁷, nº 9.394/96, incumbe ao professor não só as atividades relativas ao funcionamento do ensino-aprendizagem dos alunos, mas também a responsabilidade de colaborar, dentre outras coisas, com a atividade de articulação entre escola, família e comunidade. É essa carga maior de funções agregada ao trabalho do professor que exige dele uma formação que vai além daquilo que seria tradicionalmente exigido para um bom professor: aliar o conhecimento produzido historicamente a um processo pedagógico capaz de promover a aquisição de conhecimento ao aprendiz.

Em **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**, Saviani denuncia essa questão sob outro foco, ao afirmar que em nome de uma ampliação do entendimento do que é currículo,

a escola se tornou um mercado de trabalho disputadíssimo pelos mais diferentes tipos de profissionais (nutricionistas, dentistas, fonoaudiólogos, psicólogos, artistas, assistentes sociais etc.) e uma nova inversão se opera. De agência destinada a atender o interesse da população em ter acesso ao saber sistematizado, a escola se torna uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas.¹⁵⁸

Aliada às novas exigências impostas ao professor, está a necessidade de uma maior formação que possa ser capaz de ir além do não pequeno papel do professor, de promover a apropriação do conhecimento historicamente produzido. Devemos, ainda, destacar que a busca de conhecimentos que dêem conta dessa maior cobrança é na maioria

¹⁵⁶ GASPARINI *et al*, op. cit.

¹⁵⁷ vvevcgcbjcsdjfdbnfishfjdrhfgiçaekrgnmrtgmnsfkgm

¹⁵⁸ SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Op. cit., p. 21-22.

das vezes custeada pelos próprios professores que destinam as horas que deveriam ser dedicadas a outras atividades fora do magistério, a cursos de formação complementar, considerando que a maior parte dos cursos freqüentados pelos professores tem um caráter presencial – cerca de 80% conforme dados do INEP.

Além de um aumento da jornada de trabalho, esses professores destinam parte dos seus salários ao pagamento de capacitações, influenciando muitas vezes, de forma decisiva na redução da sua renda familiar. Dados do **Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: 2003** demonstram que a maioria (38%) das capacitações das quais os professores fazem parte é promovida por instituições de ensino superior privadas – o que pode pressupor que os professores tiveram que pagar sua própria formação.

As exigências assumidas pela escola pública, de que fala Oliveira, parecem ser resultantes de um quadro social de pobreza em que se inserem as instituições de ensino responsáveis pela educação da maioria da população. Dados do censo revelam que, considerando um total de 1.355,866 respostas dos professores das escolas públicas, 583.809 têm seus alunos em famílias consideradas muito pobres. Esse número representa cerca de 43% dos professores, sem considerar que outros 16% têm seus alunos oriundos de famílias pobres. Esses dados mostram que aliada à insuficiência de recursos pessoal e materiais necessários à prática educativa, está a grande penúria socioeconômica daqueles que freqüentam a escola. Fato este que coloca o professor diante de uma atividade profissional permeada de tensões.

É a partir desse complexo educacional que evidencia um professor possuidor de uma prática marcada de adversidades, que Saviani considera dramática a trajetória profissional docente. O autor chega mesmo a colocar esse drama em atos que nos revelam o percurso do educador brasileiro diante das transformações educacionais advindas do sistema capitalista de produção.

O primeiro ato descrito por Saviani se dá à medida que o professor, formado no final da década de 1970 com o ideário escolanovista, encontra-se com a realidade da escola pública, e só então entende que laboratórios, material didático, poucos alunos são condições reservadas a uma pequena minoria privilegiada. O professor fica então confuso, angustiado, desanimado, não compreendendo bem a situação. Contudo, para cumprir o

calendário oficial, ele “buscava apoio dos colegas que já lecionavam na mesma escola antes que ele chegasse, acomodava-se, adaptava-se.”¹⁵⁹

A exigência da pedagogia oficial em tornar o professor eficiente e produtivo constitui o segundo ato do drama do professor. Tinha que executar um pacote de conhecimentos enquadrados em formulários com regras preestabelecidas. Saviani chega mesmo a afirmar que o professor tinha boa vontade, mas não se identificava com um processo tão impessoal, mas atendia formalmente às exigências, agindo do modo que melhor lhe convinha.

O terceiro ato começava quando o professor conhecedor da tendência crítico-reprodutivista começava a questionar se era vítima ou réu do sistema capitalista que exigia da escola a garantia da perpetuação da exploração dos trabalhadores. Assim, o professor era explorado na sua boa-fé, pois “enquanto pensava estar colaborando com os outros, estar ajudando seus alunos, tanto mais eficazmente, ele cumpria a função de dominação.”¹⁶⁰

O autor chega então à nova conjuntura e constata o quarto ato. As exigências de eficiência e produção e contínuo aperfeiçoamento permanecem. Contudo, agrega-se agora ao drama do professor a necessidade de que ele participe de um conjunto de atividades antes fora de sua responsabilidade. É preciso que ele participe da elaboração do projeto político-pedagógico da escola, que apóie a relação da escola com a comunidade. Mesmo percebendo que essas atividades podem de alguma forma contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, Saviani nos alerta para o seguinte fato:

Claro que, se o professor fosse bem remunerado no âmbito de uma carreira docente que lhe garantisse jornada integral numa única escola, ele poderia exercer, sem problemas, as mencionadas funções. Mas, trabalhando em várias escolas de comunidades diferentes, como pode ele, além de ministrar grande número de aulas para garantir uma remuneração minimamente satisfatória, participar da elaboração do projeto pedagógico dessas várias escolas, de sua gestão e, além disso, da vida dessas diferentes comunidades?¹⁶¹

¹⁵⁹ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Op. cit., p. 445.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 446.

¹⁶¹ Ibidem, p. 448.

Essa afirmação de Saviani em nada foge à realidade vivida pelos professores brasileiros, de precariedade não só das condições de trabalho, mas também de suas próprias vidas. Vejamos que o perfil do educador brasileiro revela que professores da educação básica¹⁶² são em sua maioria mulheres (85%), possui entre 35-44 anos – dos quais entre 12 e 18 anos foram dedicados ao exercício do magistério. Esses dados indicam que há um desestímulo por parte da população mais jovem em optar pela profissão de professor. Tal fato se deve principalmente à baixa remuneração, assim como às precárias condições de trabalho que são submetidos os profissionais da educação, conforme veremos mais adiante.

Em um número bastante expressivo, os professores dedicam entre 21 e 30 horas semanais exclusivamente à sala de aula, sendo que a carga horária semanal é em sua maioria de 31 a 40 horas. Além dessa carga horária, a pesquisa da CNTE constatou que os profissionais de educação dedicam de 11 a 20 horas semanais a trabalhos extras, sendo que 14 horas é a média semanal dedicada a serviços extra remunerados, 8 horas o tempo dedicado em casa a trabalhos relacionados à atividade profissional, totalizando 22 além das comumente 30 horas dedicadas à sala de aula. A mesma pesquisa ressalta que:

Os baixos salários também prejudicam a categoria no que diz respeito à administração doméstica. Enquanto outros profissionais mais bem remunerados encontram tempo livre para o trabalho e o lazer por meio da contratação de mão-de-obra doméstica, os trabalhadores em educação não têm condições de fazer o mesmo, o que obriga boa parte deles a executar sozinho as atividades de manutenção e administração do lar ou a dividilas com o companheiro.¹⁶³

O salário mediano apontado pelo censo do INEP, considerando o nível de formação superior, varia entre R\$ 534,00 (para a educação infantil) e R\$ 948,00 (para o ensino médio), sendo que no Ceará essa representação passa a ser de R\$ 283,00 e R\$ 783,00 para os mesmos níveis de ensino, respectivamente. É importante que se coloquem

¹⁶² Esclarecemos que desde a nova LDB (nº 9.394/96) a Educação Básica inclui os seguintes níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

¹⁶³ CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola III: a realidade sem retoques da educação no Brasil. Relatório de Pesquisa sobre a Situação dos Trabalhadores (as) da Educação Básica.** Brasília-DF: Dieese, 2003, p. 10. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 11 de março de 2008.

os dados do CNTE, os quais evidenciam uma situação ainda mais crítica em termos salariais, apontando que a maioria dos professores no Brasil ganha entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00.

O censo do INEP revela que 18% dos profissionais da educação têm uma atividade remunerada fora do magistério, que, apesar de não se mostrar mais rendosa, é um indicativo de que o salário não é suficiente. Juçara Vieira aponta que na tentativa de complementar a renda familiar insuficiente – como mostrado nos dados acima –, e na tentativa de ter um padrão de vida mais digno, muitas vezes os professores são levados a realizar outras atividades em que possam angariar qualquer outra remuneração. A autora constata que:

Professores e funcionários da escola vendem pão, roupa, bijuterias, perfumes e sabe lá o que mais. A própria escola serve de local de venda e os recreios, os intervalos permitem um tempinho para a comercialização. Talvez alguns o façam por aptidão ou como lazer, mas, sem dúvida, a grande maioria é para garantir a própria subsistência.¹⁶⁴

Em termos de dados nacionais, o censo mostra que a maioria dos profissionais da educação tem uma renda familiar entre R\$ 100,00 e R\$ 999,00. Se considerarmos que, conforme dados do CNTE, 61% deles são casados, e 74% deles têm filhos, assim como com frequência possui entre três a cinco pessoas morando em casa, podemos indicar que o padrão de vida desses profissionais é seriamente comprometido. Vieira¹⁶⁵, ao realizar uma leitura dos dados do **Relatório Retratos da Escola III**, nos chama atenção para o fato de que o trabalhador que ganha esta faixa salarial dedica de 30% a 42% dos seus rendimentos às necessidades básicas de alimentação, o que impossibilita qualquer outra despesa que não seja essencial. Dentro desses limites, não é de espantar que 48,3% dos professores não tenham acesso ao computador, assim como apenas 19% desses profissionais têm acesso à internet em casa.

Dentre as atividades realizadas fora do ambiente de trabalho estão: leitura de livros, jornais ou revistas, atividades religiosas. No que se refere a atividades de lazer, como ir ao teatro e ao cinema, o censo mostra que são as alternativas menos escolhidas

¹⁶⁴ VIEIRA, Juçara Dutra. **Identidade Expropriada**: retrato do educador brasileiro. Brasília – DF: CNTE, 2004, p. 17.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

pelos profissionais da educação. De acordo com a pesquisa da CNTE, 18% deles quase nunca vão ao teatro ou ao cinema. Destaca-se, ainda, que a respeito desse item, um grande número de professores não responderam. Essa reação pode ser entendida da seguinte maneira:

Quanto à frequência com que o educador vai a teatro ou cinema, surpreende o altíssimo percentual de pessoas que não responderam, apesar de haver a opção "Quase nunca". Uma vez que esta questão também não incluía a opção "nunca", é lícito supor que a maioria da categoria nunca vai ao teatro ou cinema.¹⁶⁶

Saviani¹⁶⁷ nos alerta que o padrão de qualidade dado a educação é definido pela classe dominante – fato visível se observamos a expansão do ensino fundamental e médio que dado de forma aligeirada para que as classes populares tivessem acesso à escola, a qualidade da educação, destinada à elite, passa a se concentrar nas instituições privadas de ensino. Dessa forma, a escola, que tem seu papel pautado na capacidade de propiciar aquisição dos instrumentos que possam possibilitar o acesso ao saber elaborado, não está cumprindo sua função.

É necessário garantir a materialidade que possa ser capaz de possibilitar o funcionamento da escola e o conseqüente acesso ao saber sistematizado. Isso porque o trabalho do professor está diretamente ligado à capacidade de se oferecer instrumentos e condições materiais necessárias a um processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, a ampliação não só de políticas públicas, mas de uma ampla compreensão do verdadeiro papel da educação parece ser um primeiro passo no sentido de construir uma educação que tenha como objetivo primeiro contribuir para a constituição de uma outra sociedade em que o processo de socialização do saber seja permitida a todos.

¹⁶⁶ CNTE, p. 11.

¹⁶⁷ SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. Op. cit.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da indagação de como as relações capitalistas de produção perpassam o trabalho do professor, e a partir dela buscamos realizar uma análise não só das condições do trabalho docente que se mostram na empiria, como também dos fundamentos que enraízam essas condições. Foi nesse sentido que se delinearam dois outros objetivos: resgatar o sentido ontológico do trabalho, e evidenciar de que forma essa categoria é posta na sociedade capitalista. Isso porque tomamos como eixo central o estudo da categoria trabalho, pois conforme afirmamos na introdução, nossa investigação parte da premissa que a atividade docente é trabalho.

O enfoque do trabalho, favorecido por Marx, Engels e Lukács, mostra que há um duplo caráter nessa categoria, uma dialética do trabalho, que precisa ser bem entendida se não quisermos incorrer no erro de lutar a favor do fim do trabalho. Contrários a essa idéia, percebemos a necessidade não de negar o trabalho em si, mas de negar a forma como ele se apresenta na sociedade capitalista. Estamos certos de que a constituição da negação do trabalho estranhado passa mesmo pelo entendimento de buscar o seu sentido original que é o da produção da vida humana e não da destruição dela. Resgatar a essência do trabalho foi, então, nossa primeira tarefa da investigação aqui exposta. A partir desse resgate foi possível concluir que o trabalho é fundamento ontológico do ser social e, portanto, negá-lo seria negar a própria existência humana. Também ficou claro que o trabalho é uma atividade social em que se relacionam não só o homem e a natureza, mas também os homens entre si na produção de valores de uso necessários à existência do homem.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que é através do trabalho que o homem torna-se homem, ou seja, que ele supera sua animalidade caracterizada pela supressão apenas de suas necessidades orgânicas. Conclui-se, então, que o homem torna-se homem na medida em que trabalha no processo de transformação da natureza e na relação com os outros homens, pois dessa forma transforma sua própria existência e constrói um mundo de acordo com suas necessidades. Com base nesses estudos, ficou claro ainda que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, haja vista possuir uma posição teleológica que torna o homem capaz de primeiro planejar a atividade a ser objetivada,

pressupondo assim, a existência de uma consciência que seja capaz de relacionar-se com a objetividade do mundo.

Contudo, os estudos realizados para compor o Capítulo 2, favorecem a compreensão de como a finalidade primeira do trabalho, sua essência mesmo, é invertida no modo de produção capitalista. O trabalho reduz-se a uma mera atividade estranhada ao homem, negando sua própria constituição histórica, reduzindo o homem a um mero executor de tarefa que vende sua força de trabalho em troca de uma abstração, de uma quantidade incerta de meios de subsistência. O homem passa a ter sua vida subsumida a uma lógica degradante de mera garantia de uma torpe sobrevivência. A criatividade, a liberdade e a formação humana não passam de simples abstrações. A concretude mesmo das relações capitalistas se dá na exploração do homem pelo homem, e na produção de riquezas privadas destinadas a um pequeno grupo de privilegiados. O homem tem não só os meios de produção desapropriados, mas sua própria existência é expropriada. Consideramos ainda, que negando sua natureza, o trabalho se constitui num processo de produção e reprodução da miséria de maior parte da população em nome do prazer e do gozo de poucos.

A partir dos estudos realizados sobre educação, no Capítulo 3, e tendo como base os estudos apontados nos capítulos anteriores, podemos concluir que a educação tem seu papel voltado para a produção capitalista, passando a mediar tanto a formação de mão-de-obra como a manutenção de uma ideologia capaz de perpetuar esse sistema de produção, facilitando a aceitação por parte dos indivíduos das condições precárias não só de trabalho, mas igualmente de vida. Esse processo de aceitação é freqüentemente fundamentado numa espécie de culpabilidade do indivíduo na qual a ascensão social, a melhoria de vida, é responsabilidade unicamente de seus esforços. Tal fato se dá porque a sociedade burguesa proclama uma falsa idéia de universalização da educação que tem como base a ampliação do acesso à escola como sinônimo de domínio dos conhecimentos sistematizados, quando na realidade a escola destinada à classe trabalhadora é gradativamente desvalorizada e esvaziada de saber. Fato este que tem sua origem na secundarização da importância do conhecimento em função de modismos educacionais que esquecem a função primordial da educação, a aquisição de conhecimento das propriedades do mundo. Assim, a escola, que está sob os ditames do capital, nega o acesso ao saber

elaborado e historicamente acumulado, negando, conseqüentemente, a constituição de um mundo humano que possa ser resultante do trabalho.

Todo esse quadro revoga um pessimismo na educação, constituindo-se, assim, um outro artifício da sociedade burguesa, pois os profissionais da educação se voltam, com freqüência, às perspectivas crítico-reprodutivistas da educação, caracterizada por Saviani, como aquela concepção capaz de entender a influência negativa que o capitalismo exerce sobre o processo educacional, colocando-o a seu serviço sem, contudo, ver o papel da educação como elemento importante no processo de transformação social. Dessa forma, é estabelecido um determinismo da educação diferente da sua essência, esta passa a ser somente instrumento de reprodução das relações capitalistas. Se cairmos nesse erro, desacreditamos que o trabalho educativo apesar de seus limites, tenha um aspecto importante na construção de uma nova ordem social.

Sob esse marco teórico, entendemos que o desenvolvimento da educação está condicionado ao desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, à apropriação privada dos meios de produção que, de um modo geral, divide a humanidade em duas classes fundamentais (burgueses e proletários). A qualidade e a quantidade de educação a ser ofertada aos filhos da classe trabalhadora sempre variou, e assim será sob o julgo do capital em qualquer momento histórico, para mais ou para menos de acordo com as necessidades de um trabalhador instruído e qualificado ao padrão de produção instaurado. É bem verdade que a pressão social exercida pelos trabalhadores por uma educação de qualidade e de livre acesso não pode ser desconsiderada na alteração qualitativa e quantitativa da oferta educacional. Contudo, temos uma sociedade em que a valorização do capital privado, o acúmulo das riquezas, é quem determina o funcionamento e desenvolvimento os diferentes aspectos sociais, incluindo aí a educação que é marcada pela negação de possibilidades objetivas mínimas de funcionamento.

Contatamos, ainda, uma falta de financiamento que traz como conseqüência, além da negação do saber, a precariedade das condições de trabalho do professor – o que provoca fadiga, desestímulo e doenças nos profissionais da educação, já que os professores se submetem a condições mínimas de qualidade do trabalho como meio de manutenção de suas vidas. Não nos afastemos também do fato de que o professor assume variadas funções dentro da escola pública, as quais vão além daquelas para as quais foi preparado. Comumente, os professores, diante da pobreza da escola e da comunidade que a freqüenta,

se vêem obrigados a exercer os papéis de: agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outros, como forma de viabilizar, mesmo que de forma débil, o exercício de sua profissão. Tal fato gera um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, além da constatação de que ensinar e garantir o acesso ao saber sistematizado, não só é inviável em determinados momentos, como também passa, repetidas vezes, a não ser o mais importante.

Percebemos, ainda, que outros fatores vêm contribuindo para a precarização docente: 1) a desestruturação das carreiras através da falta de concursos públicos para professores efetivos, gerando um grande número de contratos temporários, deixando o professor destituído de todos os seus direitos de trabalhador; 2) a redução das promoções e incentivos que antes eram garantidos a esses profissionais; e 3) a falta de formação continuada dos professores que, na maioria das vezes, assumem essa responsabilidade individualmente.

A falta de recursos, de verbas para a educação ou ingerência dos recursos, fazem parte da história da educação pública que se representa nas condições materiais do próprio professor. Além das horas remuneradas e cumpridas do trabalho em sala de aula e do planejamento quinzenal, a jornada de trabalho é estendida em casa nas correções e no preparo de atividades. Os professores se ressentem da falta de condições financeiras para investir na sua própria formação como: comprar livros, participar de encontros e de atividades culturais que a sociedade oferece.

O aprofundamento da investigação no sentido de nos aproximarmos da nossa pergunta principal (*como as relações capitalistas de produção perpassam ao trabalho docente?*) nos trouxe um quadro em que emerge um professor guiado pela necessidade de garantir a sua própria existência e de sua família. Para tanto, ele se entrega a uma lógica desumana de excesso de horas de trabalho, seguidas das atividades domésticas cotidianas, além do tempo dedicado em casa, ao trabalho, e a um processo de formação continuada, feito sob sua responsabilidade, que na maioria das vezes se estende por todo o fim de semana. O descanso, o lazer e o acesso à cultura são subsumidos em nome da única finalidade a qual pode se dedicar: trabalhar para satisfazer suas necessidades físicas e, quem sabe, as sociais.

Em um sentido mais amplo, vemos que as relações capitalistas de trabalho como a expropriação do saber, a divisão do trabalho, as precárias condições de efetivação

da atividade produtiva, o excesso de horas de trabalho, os baixos salários capazes apenas de reproduzir o operário como operário, a negação da formação não só material, mas também espiritual, se inserem no contexto do trabalho docente de modo incisivo uma vez que a escola, seja pública ou privada, volta seu funcionamento para a produção capitalista.

A realização da pesquisa aqui delineada consolida a idéia de que os limites impostos pela lógica capitalista deixam o professor encurralado, podendo ele pouco fazer e dessa forma trabalha sob os ditames de uma lógica que nega até mesmo sua função principal, qual seja, a transmissão do saber sistematizado. Disto resulta um cotidiano permeado de tensões e frustrações, das quais muitas vezes, não consegue superar. Vemos, portanto, que a quebra das amarras impostas pelo capital ao trabalho docente, passa por uma revolução dos meios de produção e tem uma amplitude maior no processo de apropriação dos meios de produção por todos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **O Modo de Vida dos Novos Operários**: quando o purgatório se torna paraíso. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **A Natureza Dúplice do Trabalho em Marx**: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. No prelo.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) de Karl Marx. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, jul./dez. 1994, v. 8, n. 16.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola I**. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 11 de março de 2008.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola II**: como estão nossas escolas e nossas crianças (as relações entre a escola, a vida e a qualidade de ensino). Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 11 de março de 2008.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Retratos da Escola III: a realidade sem retoques da educação no Brasil.** Relatório de Pesquisa sobre a Situação dos Trabalhadores (as) da Educação Básica. Brasília-DF: Dieese, 2003. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 11 de março de 2008.

EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE: docência na educação superior. Brasília, 2006. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Vol. 5.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d. v. 2.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.

GASPARINI, Sandra Maria *et al.* O Professor, as Condições de Trabalho e os Efeitos sobre a Saúde. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, mai./ago. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica:** 2003. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: O Instituto, 2006.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Ser Social.** Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997

LUKÁCS, Georg. O Trabalho. In: **Ontologia do Ser Social.** Tradução: Ivo Tonet (ainda não publicada). Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com>>.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. **Temas de Ciências Humanas.** São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, 1978, p. 1-18.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe Trabalhadora. In: _____; FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* **Trabalho e Educação**. Campinas-SP: Papiros/CEDES/ANDES/ANPED, 1992. (Coletânea CBE).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política. Livro I. Tomo I. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Marx**: a teoria da Alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Desafios Atuais da Pedagogia Histórico-Crítica. In: Vários autores. **Demerval Saviani e a Educação Brasileira: o simpósio de Marília**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (Org). **Novas tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e Algumas Falas sobre Universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez Editora, 1991.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. A Educação numa Encruzilhada. In: MENEZES, Ana Dorta de (Org). **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Identidade Expropriada: retrato do educador brasileiro**. Brasília: CNTE, 2004,